



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THAÍS REBEKA SANTOS DE SANTANA

**IGREJA, TEATRO E ROMANTISMO: GRUPÃO DA VÁRZEA E MEMÓRIA DA
DITADURA MILITAR (1968-1971)**

RECIFE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THAIS REBEKA SANTOS DE SANTANA

**IGREJA, TEATRO E ROMANTISMO: GRUPÃO DA VÁRZEA E MEMÓRIA DA
DITADURA MILITAR (1968-1971)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de Licenciada em História.**

Orientadora: Isabel Cristina Martins Guillen

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santana, Thaís Rebeka Santos de.

Igreja, teatro e romantismo: Grupão da Várzea e memória da Ditadura Militar (1968-1971) / Thaís Rebeka Santos de Santana. - Recife, 2023.
74 : il.

Orientador(a): Isabel Cristina Martins Guillen
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Memória da Ditadura. 2. Teatro Nacional. 3. Igreja Progressista. 4. Romantismo. 5. Grupão da Várzea. I. Guillen, Isabel Cristina Martins. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

THAÍS REBEKA SANTOS DE SANTANA

**IGREJA, TEATRO E ROMANTISMO: GRUPÃO DA VÁRZEA E MEMÓRIA DA
DITADURA MILITAR (1968-1971)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de Licenciada em História.**

Orientadora: Isabel Cristina Martins Guillen

Recife, 2 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Dr. Flávio Teixeira Weinstein (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Dr. Márcio André Martins de Moraes (Examinador Externo)
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

“Ninguém é uma ilha” e minha trajetória até aqui foi construída por todos aqueles que apoiaram, direta ou indiretamente, a minha formação enquanto professora e pessoa.

Agradeço imensamente a orientação e os ensinamentos da professora Isabel Guillen que tornaram meus dias, na universidade e no isolamento pandêmico, mais leves. Foi com a professora Isabel que eu aprendi, além dos saberes científicos, a me despir de culpas que não eram minhas e a encarar, ou tentar encarar, com menos pessimismo o futuro. Obrigada pelo incentivo às minhas ideias para esse trabalho e por ajudar a dar forma ao que ainda era imaturo.

Agradeço ao LEDUP (e agregados), onde encontrei muito afeto, e à Rosângela e Viviane por todo o acolhimento essencial à minha graduação. Foi graças ao meu período como bolsista no LEDUP que conheci o objeto de meu trabalho.

Agradeço às minhas amigas, Mari e Thay, por suavizar a minha existência só com a existência delas. Aos meus companheiros do NAI, Ariane, Giovanna e Will, que dividiram comigo a experiência de escrever o TCC e tornaram essa etapa mais fácil. Aos amigos que o curso me deu, Agnes, Anna, Emerson e Mateus, pelo auxílio acadêmico e pelo (intenso) afeto das Menininhas, desde 2018.

Ao presidente Lula pelos programas sociais, em especial pelo Bolsa Família.

À Ângela e Joanne, por toda a ajuda dos tempos difíceis e pelo acalento do resto do tempo. A Matheus pelo companheirismo, amor e pelo crescimento desses quatro anos.

Agradeço e dedico meu trabalho à minha família, por todo o esforço empenhado na minha formação e educação. Ao meu tio Kika, pelo incentivo feito aos meus estudos. Ao meu pai, Fabiano, e à minha mãe, Neide, que sempre acreditaram em minha capacidade de fazer qualquer coisa. À minha irmã, Thayna, por ser meu primeiro grande referencial de pessoa.

Agradeço ao Arquivo Público Estadual de Pernambuco, pela disponibilização do acervo documental e excelente atendimento; e à banca examinadora pela disponibilidade e paciência.

Aos meus professores por tudo.

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de identificar as influências artísticas e religiosas na atuação do Grupão da Várzea entre 1968 e 1971. Além disso, também objetiva dimensionar a memória sobre o período de um dos integrantes do Grupão, Marcos Ferreira, que escreveu, em 2012, um livro de suas memórias sobre a sua juventude e sobre o bairro da Várzea, comunidade onde passou grande parte de sua vida. O Grupão da Várzea foi um grupo de jovens moradores da Várzea, zona oeste do Recife, que se uniram para promover debates e eventos culturais na comunidade, entre as décadas de 1960 e 1970. Vinculados à Igreja e motivados pelo cenário teatral, o grupo utilizou símbolos religiosos e populares para fazer críticas à sociedade em seus espetáculos. Esse trabalho terá como objeto três espetáculos do grupo: a peça *Morte e Vida Severina*, encenada entre 1968 e 1969 e, posteriormente, adaptada para um jogral, apresentado em 1971, que comparava a figura do retirante a Jesus Cristo; e na peça *Cristo no mundo, hoje*, que foi encenada na Igreja Nossa Senhora do Rosário da Várzea e retratava a paixão de Cristo no contexto contemporâneo. Escrita por um dos integrantes, Marcos Ferreira, a peça tratou de temas sociais do presente, com um Cristo acusado de subversão e sofrendo a pena de morte por fuzilamento, sendo, por isso, criticada ostensivamente pela imprensa. A monografia dimensionará como o Grupão da Várzea sintetizou as tendências românticas, conceito de Michael Lowy e Robert Sayre, da Igreja e do teatro brasileiros em sua atuação artística; e como foi constituída a memória de Marcos Ferreira sobre o período.

Palavras-Chaves: Grupão da Várzea; Igreja Progressista; Memória da Ditadura; Romantismo; Teatro Nacional;

ABSTRACT

This work aims to identify the artistic and religious influences in the performance of the Grupão da Várzea between 1968 and 1971. In addition, it also aims to scale the memory about the period of one of the members of the Grupão, Marcos Ferreira, who wrote in 2012 a book of his memories about his youth and about the neighborhood of Várzea, where he spent much of his life. The Grupão da Várzea was a group of young residents of Várzea, west zone of Recife, who came together to promote debates and cultural events in their community between the 1960s and 1970s. Linked to the Church and motivated by the theatrical scene, the group used religious and popular symbols to criticize society in their shows. This work will have as object three shows of the group: the play *Morte e Vida Severina*, staged between 1968 and 1969 and later adapted to a performance, presented in 1971, which compared the figure of the migrant to Jesus Christ; and the play *Cristo no mundo, hoje* which was staged in the Nossa Senhora do Rosário da Várzea Church and portrayed the passion of Christ in the contemporary context. Written by Marcos Ferreira, the play dealt with social issues of the present, with a Christ accused of subversion and suffering the death penalty by firing squad, and is therefore openly criticized by the press. The monograph will measure how the Grupão da Várzea synthesized the romantic trends, concept of Michael Lowy and Robert Sayre, the Brazilian Church and theater in their artistic performance; and how the memory of Marcos Ferreira was constituted over the period.

Keywords: Grupão da Várzea; Memory of the Dictatorship; National Theatre; Progressive Church; Romanticism;

LISTA DE ABREVIATÖES

AC: Aão Cat3lica

ACB: Aão Cat3lica Brasileira

AI-5: Ato Institucional N3mero 5

AP: Aão Popular

ASI: Ag3ncia de Segurana e Informa3o

CELPE: Companhia Energ3tica de Pernambuco

CNBB : Confer3ncia Nacional dos Bispos do Brasil

CNV: Comiss3o Nacional da Verdade

CODI: Centro de Opera3o de Defesa Interna

CPC: Centro Popular de Cultura

DCDP: Divis3o de Censura das Divers3es P3blicas

DOI: Destacamento de Opera3es Internas

DOPS: Departamento de Ordem Pol3tica e Social

DOPS-PE: Departamento de Ordem Pol3tica e Social de Pernambuco

DSIs: Divis3es de Segurana e Informa3es

IPM: Inqu3rito Policial Militar

JAC: Juventude Agr3ria Cat3lica

JOC: Juventude Oper3ria Cat3lica

JUC: Juventude Universit3ria Cat3lica

LEC: Liga Eleitoral Cat3lica

SISNI: Sistema Nacional de Informa3es

SISSEGIN: Sistema de Segurana Interna do Pa3s

SNI: Sistema Nacional de Informa3es

TUCA: Teatro da Universidade Cat3lica de S3o Paulo

UNE: Uni3o Nacional dos Estudantes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I: Hércio de Matos interpreta Jesus na peça *Emanuel, Deus Conosco*

Figura II: Grupão da Várzea recria para foto a cena de enterro da peça *Morte e Vida Severina*

Figura III: Cristo (padre Guilherme) é fuzilado em cena da peça *Cristo no mundo, hoje*

Figura IV: Publicação "Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo" (bispos e superiores religiosos do Nordeste); - "Operação Esperança" (Igreja Progressista do Nordeste).

Figura V: Relatório discriminado de documentos (ACE) destruídos (D Menos - 2a fase), correspondendo ao termo de destruição n. 72/81. Documentos datados de 1969 e 1970. Página sobre a Semana Santa de Pernambuco e a deturpação de cerimônia religiosa.

Figura VI: Certificado da Divisão de Censura das Diversões Públicas autorizando a encenação da peça *Canudos*, condicionada ao exame do ensaio geral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. Lembranças de um tempo que se foi: o Grupão da Várzea, a memória de Marcos Ferreira e o Romantismo.....	13
1.1 Lembranças de um tempo que se foi: a problemática do testemunho	14
1.2 O Romantismo como categoria de análise do período.....	17
2. A Igreja e o teatro românticos	20
2.1 A doutrina social da Igreja e o catolicismo progressista	20
2.2 O teatro nacional	27
2.3 A Igreja e o teatro pernambucanos	31
3. O teatro do Grupão da Várzea	35
3.1 A conferência de Dom Hélder.....	36
3.2 Morte e Vida Severina	39
3.3 Cristo no Mundo, Hoje.....	43
4. Memória da repressão e da vigilância do período ditatorial na obra de Marcos Ferreira.....	55
4.1 Estruturas da vigilância e repressão.....	55
4.2 Memória da ditadura na obra de Marcos Ferreira	57
4.3 Memória coletiva da ditadura.....	60
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
FONTES PRIMÁRIAS	73

INTRODUÇÃO

Após anos de ampla articulação de setores conservadores brasileiros e de um intenso investimento na propaganda anticomunista, foi deflagrado, em 1964, o golpe de Estado que instalou um regime ditatorial militar de 21 anos de duração. Com o golpe veio, primeiramente, um período de expurgo da oposição, que se estendeu durante todo o período ditatorial em um regime que tornou central a “limpeza” política para a sua manutenção.¹

Para essa limpeza foram construídas ou adaptadas estruturas de inteligência e de informação que possibilitaram a realização de perseguição política dos militares contra seus opositores, com suspensões de direitos políticos, inquéritos e prisões políticas, intensificada com a consolidação e fortalecimento dessas estruturas após a instauração do Ato Institucional Número 5 (AI-5) em 1968.²

1968 também foi o ano que inaugurou a atuação teatral do Grupão da Várzea, grupo de jovens moradores católicos do bairro da Várzea, zona oeste da cidade do Recife, que promoveram diferentes atividades e manifestações artísticas em sua comunidade, inspirados pelo cenário teatral nacionalista e pelo núcleo progressista da Igreja.

O teatro brasileiro passava por transformações em sua estrutura e conteúdo, influenciado pelas tendências e estéticas europeias e pelo movimento modernista brasileiro. O teatro nacionalista, especificamente, herdou a tendência da representação do nacional dos modernistas, integrando também aspirações e utopias políticas nas suas produções.³ O Grupão da Várzea contatou essa tendência ao conhecer a peça *Morte e Vida Severina* produzida pelo Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), companhia teatral que assumiu a tendência nacionalista, em conjunto com a função pedagógica do teatro para a conscientização dos grupos populares.

¹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org). O. Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

² FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³ NEVES, Santuza. Os novos experimentos culturais nos anos 1940/1950: propostas de democratização da arte no Brasil. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org). O. Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Em 1970 o Grupão escreveu e produziu a peça *Cristo no mundo, hoje* que retratou a paixão de Cristo no contexto contemporâneo do grupo, com os personagens vestindo roupas contemporâneas e com Jesus — interpretado pelo pároco Wilhelmus Van Leyden⁴, da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Várzea, local frequentado pelos jovens do Grupão — promovendo debates acerca da fome, guerras, anticoncepcional, LSD, etc. Nessa versão, Cristo foi condenado por subversão e teve uma morte por fuzilamento. Rapidamente o conteúdo da encenação foi rechaçado na mídia impressa, com os jornais responsabilizando Dom Hélder Câmara e sua má influência sobre a Igreja pernambucana.

Embora a associação da produção da peça com Dom Hélder não tivesse qualquer fundamentação, o grupo de jovens da Várzea se associava ao contexto da Igreja no período, constituída, em partes, por um clero progressista, defensor das classes populares e combativo da desigualdade social. Dom Hélder era uma figura expressiva e representativa desse grupo, atuando intensamente na denúncia da desigualdade e dos crimes de estado cometidos no Brasil, e na defesa dos direitos humanos. Essa imagem de Dom Hélder levou ao convite, por parte do grupo, ao arcebispo para a realização de uma conferência, onde o Grupão teria encenado uma curta versão de *Morte e Vida Severina* que comparava o sertanejo pobre a Jesus Cristo, destacando a imagem do nordestino como exemplo de pessoa que se eleva pelo sofrimento.

A partir dessas três encenações (duas de *Morte e Vida Severina* e a terceira da paixão de Cristo), este trabalho tem como objetivo identificar como Grupão sintetizou uma tendência teatral e uma tendência religiosa do período, que têm em comum o foco no pobre — representado pelo camponês e pelo retirante — como centro das preocupações e das representações. O conceito de romantismo, de Michael Lowy e Robert Sayre, articulado com o trabalho de Marcelo Ridenti, poderá dimensionar a gênese e as características comuns a essas tendências, estabelecendo um referencial das próprias características do Grupão da Várzea.

A fonte que possibilitou a obtenção de informações a respeito do Grupão foi um livro lançado, independentemente, em 2012, por um dos integrantes do Grupão da Várzea, Marcos Ferreira. Marcos Ferreira da Silva Sobrinho, nascido em 30 de

⁴ A grafia de seu nome também aparece em documentos como Guilherme Van Leiden e Guilherme Van Leidjen.

junho de 1947, na cidade de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco⁵, formou-se em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco. O seu livro, *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi*, revela sua relação íntima com o Bairro da Várzea, suas memórias sobre sua comunidade e, um dos objetos desse trabalho, suas memórias da juventude sob o regime ditatorial brasileiro. Por ser uma fonte primordial da pesquisa, outro objetivo deste trabalho foi refletir sobre o contexto em que foi publicado o livro de Marcos.

Além do livro memorialístico, foram utilizadas fontes jornalísticas, em cruzamento com as memórias de Marcos Ferreira, para a compreensão de suas narrativas e dos recursos crônicos utilizados pelo autor; também foram utilizadas essas fontes para entender a reação midiática que impactou a constituição da memória de Marcos Ferreira sobre os eventos.

Estruturada em quatro capítulos, a monografia abordará nos três primeiros capítulos a atuação e o contexto da atuação do Grupão da Várzea, enquanto fará, no quarto capítulo, o dimensionamento da memória de Marcos Ferreira no período em que seu livro foi lançado. O primeiro capítulo *Lembranças de um tempo que se foi* explicita as características do Grupão da Várzea e do livro memorialístico de Marcos Ferreira, além da conceitualização do referencial teórico utilizado na reflexão sobre a atuação do Grupão entre os anos 1968 e 1971. O segundo capítulo *A Igreja e o teatro românticos* contextualiza o cenário artístico e religioso do período, críticos à modernidade e constituidores de utopias românticas. O terceiro capítulo, *O teatro do Grupão da Várzea* explicita a atuação teatral do Grupo e as reações aos espetáculos entre a imprensa. Por último, o capítulo *Memória da repressão e da vigilância do período ditatorial na obra de Marcos Ferreira* trata das estruturas da vigilância e da repressão, a provável vigilância do Grupão e os debates constituídos em torno da memória da ditadura no período contemporâneo ao lançamento do livro de Marcos Ferreira.

⁵ Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas - BR DFANBSB NS BR DFANBSB NS.CPR.TEA, PTE.234. 1986.

1. Lembranças de um tempo que se foi: o Grupão da Várzea, a memória de Marcos Ferreira e o romantismo

Em 1967 jovens jogadores dissidentes do Racing Futebol Clube, um time de futebol amador do bairro da Várzea, subúrbio do Recife, entraram no coral da Igreja Nossa Senhora do Rosário, conhecida como a Matriz da Várzea, e, posteriormente, criaram o Grupão da Várzea. Esse grupo foi formado em torno da Igreja, graças aos encontros motivados pelas missas, assim como ao pároco Wilhelmus Van Leyden, conhecido como padre Guilherme, que concedia o Salão Paroquial da Matriz para a realização de encontros e eventos promovidos pelos jovens. O Grupão da Várzea não foi um grupo artístico ou político, mas um grupo de jovens de uma mesma comunidade unindo-se para atuar sobre a comunidade, para se divertir e conversar.

A atuação artística do Grupão foi iniciada com a criação do Festival de Música do Grupão, realizado duas vezes e inspirado nos grandes festivais de música popular correntes no país durante os anos 1960. Além dos festivais, o grupo organizava festas e comemorações para arrecadar fundos para as suas produções, assim como para envolver a comunidade com eventos e festejos.

A primeira experiência teatral do Grupão surgiu da brincadeira de produzir uma peça, ideia advinda de um dos integrantes do grupo, Gervásio Vieira Neves⁶. A *Máquina de Resolver Problemas* foi encenada no auditório do Instituto Guararapes⁷, na Várzea, e retratou a história de uma máquina que tinha a capacidade de resolver os problemas das pessoas as transformando em o completo oposto do que eram antes de entrar na máquina.

Gervásio foi responsável pelo o que Marcos Ferreira chama de mudança de curso no Grupão. Além de implantar o teatro no grupo, ele idealizou o *Uma Noite de Violas com Debates Pinga Fogo*, um evento para que o grupo se unisse com personalidades do bairro e da cidade a fim de debater temas diversos, ampliando as perspectivas, expectativas e experiências dos jovens integrantes.

Segundo Marcos Ferreira, em seu livro *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi*, o padre Guilherme, estimulou as diversas atividades promovidas pelo

⁶ Descrito por Marcos como um dos mais atuantes líderes do Grupão da Várzea. Era o único estudante universitário do grupo.

⁷ O Instituto Guararapes foi um preventório, inaugurado em 1941, voltado para os filhos sadios dos pacientes hansenianos que eram isolados no Hospital-Colônia da Mirueira. Para mais informações: OLIVEIRA, Caroline Pinheiro Mendes Cahu de. *Mirueira: metrópole da dor: práticas de exclusão e táticas de resistência*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, Recife – PE.

grupo, inclusive participando ativamente das mesmas. Houve vários encontros dos jovens com a participação de padres da Igreja. Os padres da Matriz eram holandeses que vieram ao Brasil em trabalho missionário⁸ e, desde a primeira metade do século XX, criaram laços com os moradores da Várzea, como é dito por Marcos Ferreira em uma de suas crônicas em homenagem ao primeiro pároco holandês da Matriz, padre João van der Donk⁹.

No final da década de 1960, o Grupão produziu a primeira peça de um dramaturgo, a peça *Morte e Vida Severina*, adaptada pelo Teatro da Universidade Católica de São Paulo, o TUCA, da obra de João Cabral de Melo Neto. A partir desse momento, o Grupão envereda na arte cênica, entre peças autorais e peças existentes, realizando espetáculos no decorrer da década de 1970.

Uma dessas peças provocou uma celeuma em torno do arcebispado Dom Hélder Câmara. A peça, denominada *Cristo no Mundo, hoje* retratava uma Paixão de Cristo contemporânea, com Jesus sendo acusado de subversão e condenado à morte por fuzilamento.

A história do Grupão está entremeada pela história da Igreja e do Teatro na década de 1960, e reflete a experiência de grupos considerados progressistas durante o regime militar. Essa história confunde-se também com a história e a memória de Marcos Ferreira, jovem integrante do Grupão da Várzea que decidiu, em 2012, escrever suas memórias, homenagens e crônicas sobre o bairro da Várzea no livro *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi*. Foi o conteúdo desse livro que permitiu a realização deste trabalho.

1.1 Lembranças de um tempo que se foi: a problemática do testemunho

Em 2012 Marcos Ferreira da Silva Sobrinho lançou o livro memorialístico *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi*, com edição e impressão própria. O livro, baseado em pesquisas acadêmicas e memórias do autor e de seus amigos e

⁸ Para Lowy (1996) há na América Latina uma tendência de padres estrangeiros que, ao experienciar as diferentes condições de vida entre seus países de origem e os países americanos e ao envolver-se em comunidades mais pobres, converteram suas convicções morais e religiosas, movendo à esquerda suas opiniões teológicas e análises sociais (p. 43-44).

⁹ Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, João Van der Donk assumiu o paróquio da Igreja Nossa Senhora da Várzea em 1938; seu sucessor foi o padre Guilherme Van Leyden, ambos padres da Congregação Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus. Ver em JUBILEU. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 Mai. 1963, Segundo Caderno, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/22444> Acesso em 16/11/2022; JUBILEU. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 Jul. 1963, Segundo Caderno, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/23567> Acesso em 16/11/2022.

familiares, conta uma história do bairro da Várzea, a partir de crônicas multifacetadas que tratam sobre aspectos factual, cultural e memorial do bairro e destacam os personagens e a originalidade locais.

O livro traz com mais abundância temas e memórias ligados à infância e juventude do autor durante o século XX, especialmente histórias que antecedem seu nascimento, contadas por sua tia-avó, a qual ele dedica homenagens destacando-a como uma excelente narradora, cujas histórias floream sua infância a partir de imagens vívidas bem contadas pela ancestral. Para Marcos Ferreira essas narradoras ficaram no passado.

Outros capítulos homenageiam personagens que Marcos acredita serem relevantes à história do bairro da Várzea, tendo em suas crônicas uma espécie de salvaguarda da memória. O século XX também recebe especial destaque com o testemunho de Marcos Ferreira sobre as intensas transformações sociais e culturais ocorridas na década de 60 e como ele próprio e o bairro da Várzea sofreram as influências e fizeram-se atores desse período.

É válido mencionar que está presente no livro a emergência da memória e o medo do esquecimento, especialmente das histórias da tia-avó e dos personagens que marcaram a vida e a identidade de Marcos Ferreira. Para Michael Pollak (1989) um dos motivos para a emergência da memória é a percepção do envelhecimento e, portanto, da possibilidade da extinção da memória. No caso do livro *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi*, Marcos oferece suas memórias e as memórias daqueles que não as registraram, na tentativa de preservar a lembrança das antigas histórias do bairro e das pessoas que as proporcionaram.

Todavia o registro dessas memórias pode indicar também a busca por um passado que não está mais presente, comum ao regime de historicidade da contemporaneidade; a busca por um bairro que já não existe ou por um passado significativo ao presente.

Com foco nas crônicas que narram o período da ditadura militar, período que também corresponde à adolescência e início da vida adulta do autor, esta pesquisa questiona as motivações de Marcos Ferreira ao escrever o seu livro, desde a criação de crônicas que tratam do passado não vivenciado pelo autor à inserção de si na História da repressão ditatorial do país. Essa pesquisa também pretende observar como a escrita do livro foi permeada de referências posteriores ao evento, sendo

constituente, mas também constituindo, a percepção do autor sobre o passado, especificamente de seu passado.

Além de sua memória sobre a sua juventude e sobre as histórias contadas por seus familiares e amigos, Marcos Ferreira acessou para a escrita de seu livro fontes historiográficas, documentos de registro, jornais e sites de pesquisa da Internet. O livro, assim, não apenas propõe crônicas, mas também propõe uma história do bairro da Várzea, desde sua origem colonial.

Aqui cabe salientar a problemática da memória e do testemunho para o conhecimento histórico. O historiador Mark Roseman (2000), ao investigar os relatos da sobrevivente do Holocausto Marianne Ellenbogen, traz ao leitor em seu artigo *Memória Sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o Holocausto* um debate sobre as falhas de memória ocorridas pela sobreposição de temporalidades e pelos traumas de experiências passadas. Essas condições produzem contradições entre a memória e as fontes contemporâneas ao evento, assim como entre a memória e a memória contemporânea ao evento, como demonstra o historiador ao apresentar alguns dos relatos de memória de Marianne que, à luz de documentações oficiais e pessoais, além de outros relatos testemunhais, mostraram-se inexatos.

O livro de Marcos Ferreira é um livro de crônicas, de homenagens, de memórias, mas também é biográfico. A liberdade trazida pela narrativa cronista permite justamente a sobreposição de memórias e eventos, dando flexibilidade a narrativa, enquanto permite ao leitor a visualização de sua memória, constituída por eventos posteriores aos eventos narrados. Quando Marcos contextualiza, por exemplo, o período de sua juventude, ele faz uma apresentação dos anos 1960, com a definição de suas características construída a posteriori:

Os anos 60 do século XX foram o auge de minha geração. Foi um período em que ocorreram profundas modificações comportamentais, artísticas, políticas, religiosas e científicas. Em toda a história da humanidade nunca houve tantos acontecimentos diferenciados e simultâneos em nosso planeta (FERREIRA, 2012, p. 247).

A memória coletiva sobre o regime militar emerge nessa e em várias partes de seu livro, especialmente na memória da repressão e vigilância relatada pelo autor. É notável também a influência da imprensa na narrativa de Marcos Ferreira. Em primeiro lugar na indicação de eventos que não ocorreram, mas que foram relatados pela imprensa. Em segundo lugar na autopercepção do autor como

personagem integrante da história do período, a partir do momento em que foi registrada a sua participação nos eventos destacados pela imprensa.

A memória e o testemunho, no entanto, não são provas ou documentos atestadores de eventos ou da História, porém, apesar e pelas inexatidões, oferecem inúmeras possibilidades de reflexões acerca de suas próprias constituições.

1.2 O Romantismo como categoria de análise do período

O Grupão da Várzea, durante seus eventos e expressões artísticas, atuou como crítico da realidade — da miséria brasileira às guerras na Ásia e na África — resgatando nessas críticas a experiência de Cristo, assim como a do sertanejo nordestino. Isso se fez em fins dos anos de 1960 e no decorrer da década de 1970, contexto propício ao resgate do passado, ou de grupos que simbolizariam o passado, nas artes, na política, nas ideologias; momento em que o pensamento romântico disseminava-se pelas esquerdas e artes brasileiras, que rastreavam o povo brasileiro e diferentes formas de atuação e de vida.

Michael Lowy e Robert Sayre (1995), ao refletir o uso corrente da palavra romântico para caracterizar escritores, textos, políticos, pensamentos, etc, trazem no livro *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade* a definição do romantismo. Apresentando a problemática da pluralidade de romantismos, os autores indicam que a definição do fenômeno repetidamente se pautava na definição de denominadores comuns aos romantismos, sem aprofundar a reflexão sobre sua conceituação, ou na definição de romantismo como um movimento reacionário, conservador e retrógrado. Além disso, Lowy e Sayre apontam também o encerramento da reflexão sobre o fenômeno como característica de escolas artísticas, filosóficas e, ainda, de acontecimentos históricos específicos, que teriam influenciado na emergência de romantismos, como a Revolução Francesa. Todavia, poucos estudos identificavam o romantismo como fenômeno social e político, influenciado por contextos políticos e sociais e influenciador deles para além de idealismos e obras artísticas.

Pesquisadores marxistas foram pioneiros em contextualizar o fenômeno do romantismo, compreendendo-o, na maioria das vezes, como uma rejeição ao mundo burguês moderno. Entretanto, esses estudos continuaram a observar o fenômeno como reacionário, sem potencial revolucionário. Mas foram autores marxistas que,

apesar de observarem o romantismo como fenômeno muitas vezes restritos às artes e filosofias, identificaram a característica anticapitalista do fenômeno e a possibilidade de mobilizá-lo para o socialismo.¹⁰

Para sair da busca por denominadores comuns do romantismo e da sua limitação como movimento literário, artístico e filosófico, Lowy e Sayre buscam sua definição como uma visão de mundo (*Weltanschauung*) constituidora de uma estrutura mental coletiva, exprimida no pensamento social, político, econômico, etc. Essa visão de mundo pode ser representada, por exemplo, pelas grandes obras literárias que, assumindo características de passadismo e anticapitalismo, encarnam a visão de mundo romântica.

Definindo temporalmente o aparecimento do romantismo na segunda metade do século XVIII, Lowy e Sayre percebem o fenômeno como extensivo até o presente, porque “a crise de civilização ligada ao nascimento e desenvolvimento do capitalismo industrial está longe de ter encontrado seu desfecho” (MILNER, 1973 apud LOWY e SAYRE, 1995, p. 34).

O romantismo não é a única tipologia anticapitalista surgida na modernidade, mas é a tipologia amparada justamente na “crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)” (LOWY e SAYRE, 1995, p. 34). A modernidade corresponde aqui ao período caracterizado pela ampliação hegemônica da economia do mercado pelo Ocidente, do desenvolvimento da ciência, pelo trabalho livre, industrialização e propriedade privada que teve em seu entorno a formação de fenômenos como a racionalização, urbanização e a reificação. Rejeitando tais características, o movimento romântico é a autocrítica da modernidade, especialmente do seu “desencanto” e da sua realidade reificadora do trabalho e do indivíduo.

Essa autocrítica é marcada pela nostalgia por um modo de vida pré-capitalista contido no passado, mitológico ou real, porém sempre idealizado. É na idealização de um passado com valores ausentes na modernidade que habita utopias para o futuro. A idealização desse passado também perpassa pela busca de lugares e grupos representativos ou mais próximos desse passado, como o meio rural.

¹⁰ LOWY, Michael e SAYRE, Robert. Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

O romantismo é um fenômeno que engloba diversos espectros políticos e sociais, por isso Lowy e Sayre pensaram a tipologia do romantismo através de “tipos ideais” de romantismo observados pelos autores. Eles dividem entre romantismo restitutionalista, que busca restituir o passado; conservador, que visa a manutenção de tradições, como por exemplo a manutenção do status quo anterior à Revolução Francesa; o romantismo fascista, constituído de um passado romântico aportado na Antiguidade, assumindo o passadismo sem negar o progresso técnico ou assumir a subjetividade do romantismo; o romantismo resignado, que assume a modernidade como irreversível, enquanto faz críticas no sentido de lamento ou de reforma paliativa; o romantismo reformador, produtor de medidas de retorno efetivo ao passado; e finalmente, o romantismo revolucionário e/ou utópico, que constituído de sub tendências, promove a crítica da modernidade, inspirada pelo passado pré-capitalista, enquanto constrói utopias e expectativas de futuro com alguns dos valores presentes nas sociedades pré-modernas.

O romantismo e o romantismo revolucionário tem foco neste trabalho, sendo inserido como fenômeno comum às esquerdas brasileiras antes e durante o regime militar. A busca pelo passado para alimentar perspectivas de futuro mais justas ocorreu em diferentes instâncias progressistas do país, entre os grupos católicos progressistas, leigos ou eclesiásticos, entre os artistas, profissionais e amadores, e entre o Grupão da Várzea. Marcelo Ridenti (2016) articula o conceito de romantismo nesse contexto, explicitando as relações da esquerda brasileira com o passado e os valores pré-capitalistas.

2. A Igreja e o teatro românticos

2.1. A doutrina social da Igreja e o catolicismo progressista

Segundo Christian Jecov (2011) na segunda metade do século XIX a hierarquia católica consolidou as bases para uma doutrina social da Igreja Católica. Com os movimentos liberais que ataçaram a secularização do Estado, como os movimentos iluministas e as revoluções liberais, ocorridos entre os séculos XVIII e XIX, a Igreja reforçou seu ideário conservador, rejeitando o liberalismo, o individualismo e os avanços tecnológicos desenvolvidos na Modernidade, com a sobrevalorização de um mundo pré-capitalista ideal e o combate ferrenho à laicização. A ascensão industrial de países católicos incrementou essa orientação, somada ao problema da exploração da força de trabalho do operariado e da disseminação de ideários socialistas e comunistas, que fez com que o Vaticano assumisse oficialmente as questões sociais como problema da Igreja.

Antes do papado de Leão XIII (1878-1903), a Igreja mantinha um distanciamento entre o temporal e o espiritual, reforçado com o antecessor do papa Leão XIII, Pio IX (1846-1878), com a doutrina do ultramontanismo e do integrismo que estabeleciam o poder papal e eclesiástico em lugar superior ao poder temporal. Ao incorporar à Igreja concepções teológicas que defendiam a atuação da instituição sobre a sociedade, o Estado e as relações patronais, o Vaticano se inseriu na modernidade, respondendo às demandas desse mundo. A Encíclica *Rerum Novarum* marca o período, instituindo o combate à ganância do capital, assistindo os operários na obtenção de direitos, assim como o combate ao ódio “invejoso” do socialismo, agindo como mediadora entre as classes para evitar conflitos, limitando a influência do socialismo, considerada ideologia falsa consequente do liberalismo amoral.¹¹

O papado de Pio XI cristalizou a doutrina de Leão XIII, detalhando a condição da atuação católica sobre a questão trabalhista, incentivando o corporativismo e impulsionando a doutrina anticomunista da Igreja. A partir de então houve um fortalecimento do sindicalismo e associativismo católico, rechaçador do liberalismo e

¹¹ JECOV, Christian. Tradição e Profecia O pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964).

do comunismo, que proporcionou a constituição de diversos apostolados leigos no Brasil.¹²

Jacques Maritain foi um dos principais filósofos católicos durante o papado de Pio XI e uma importante fonte teórica para o Vaticano. Maritain articulou o pensamento tomista com o humanismo, promovendo a constituição de um humanismo cristão, ou humanismo integral, que aceitava o homem como agente de sua história que, no entanto, deveria se reconciliar com o divino para travar o recrudescimento de características maléficas da modernidade, como o conflito trabalhista, a exploração, a desigualdade e o racionalismo. Maritain, inclusive, ao contrário do Papa Pio XI, não rejeitava em completo o socialismo, reconhecendo suas contribuições, enquanto criticava o distanciamento da ideologia com o mundo temporal.¹³

No Brasil, a reaproximação da Igreja com o Estado foi articulada primeiramente por Dom Sebastião Leme, responsável pela fundação da Ação Católica Brasileira (ACB)¹⁴ e da Liga Eleitoral Católica (LEC)¹⁵. Com a intenção de tornar o catolicismo a religião do Estado brasileiro, Dom Sebastião Leme conseguiu ampliar a influência da Igreja sobre o Estado, que conquistou a autorização e o investimento público às instituições hospitalares e educacionais católicas e reconquistou a educação religiosa nas escolas e o investimento público nas suas instituições hospitalares e educacionais.¹⁶

A partir da década de 1950, vários grupos originaram-se da ACB, em conformidade com as transformações sociais e ideológicas da sociedade brasileira e da Igreja Católica. Segundo Delgado e Passos (2014. p. 101), a efervescência política do período e a influência de intelectuais e teólogos europeus que pensavam a atuação da igreja sobre a sociedade e sobre a pobreza, foram importantes estímulos à formação de grupos como a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Agrária Católica (JAC).

¹² Ibidem, p. 32.

¹³ Ibidem, p. 41-42.

¹⁴ A Ação Católica Brasileira, formada em 1935, foi um instrumento de organização da Igreja, cujo objetivo era o de recristianizar a sociedade, adaptando a instituição ao novo contexto da modernidade (GOMES, 2014).

¹⁵ “A LEC visava a exercer uma espécie de vigilância sobre os partidos políticos nos momentos constituintes e eleitorais, clara estratégia para conquistar compromissos de parlamentares e candidatos, por meio da publicação de seus nomes em listas propagandeadas pelas paróquias, apresentando-os como defensores das “causas cristãs”” (SOUZA, 1984 apud GAVIÃO, 2007, p. 35).

¹⁶ JECOV, *op. cit.*, p. 22.

A Juventude Universitária Católica destaca-se entre os diversos apostolados leigos por ter uma forte disseminação pelo país, graças à capilaridade da classe média, amplamente católica e presente nas universidades de todo Brasil. A JUC nasceu com a missão de recristianização da sociedade no meio universitário, mas, pelo envolvimento com o movimento estudantil, assimilou teorias e ideologias que não alcançaram os grupos não-intelectualizados da classe média.¹⁷ Esse acesso permitiu a mobilização e instrumentalização de discursos e conceitos marxistas e da filosofia humanista cristã, em um período em que os jucistas, integrantes da JUC, se aprofundavam no movimento estudantil e buscavam a entrada de seus representantes na União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa politização do apostolado recebeu severas críticas da hierarquia católica conservadora, o que levou a JUC a repensar seus objetivos enquanto grupo cristão cuja missão era a recristianização da sociedade.¹⁸

A nova doutrina social da Igreja foi menos um discurso político que uma reflexão religiosa, porém trouxe impactos no reconhecimento do papel dos católicos, leigos ou clérigos, sobre a sociedade. Pautada na mediação de conflitos e no papel assistivo aos pobres, a Igreja oficialmente rejeitava a agência dos oprimidos, enquanto estabelecia a imutabilidade de sua condição, embora reclamasse maior dignidade aos mais pobres. Fora do Vaticano, no entanto, grupos católicos latino americanos constituíram uma doutrina social, cuja ética religiosa convergia com uma ética política e utopia social de emancipação das classes oprimidas, mais especificamente auto-emancipação: era a Teologia da Libertação.¹⁹

Essa doutrina social foi resultado de um movimento, nomeado *Liberation Christianity*, constituído de um contexto social muito específico da América Latina. A existência de um grupo dentro da Igreja com ideais progressistas que convergia a crítica à modernidade romântica, a Bíblia e o marxismo só foi possível nesse contexto de acirramento da polarização política dos anos 1960, golpes militares e formação de populares grupos de militância política. A própria doutrina social do Vaticano teve importância no surgimento desse movimento, já que estimulou a participação católica no mundo temporal e entre movimentos sociais, como os de

¹⁷ SÁ, Karolina Kneip. Ação Popular do Brasil: da JUC ao Racha de 1968. 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, Recife. USP, São Paulo.

¹⁸ GAVIÃO, Fábio Pires. A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas.

¹⁹ LOWY, Michael. Liberationist Christianity in Latin America. In: LOWY, Michael. The War of Gods: Religion and Politics in Latin America. Nova York: Verso, 1996.

reforma agrária²⁰ e educação popular. O envolvimento da alta hierarquia católica com o que Lowy chama de grupos periféricos²¹, além do próprio envolvimento de ordens e líderes católicos em movimentos populares e em meios intelectualizados, como a JUC, como as universidades, foi fundamental para a disseminação da Teologia da Libertação na América Latina e, especialmente, no Brasil, onde parte do bispado apoiava o movimento.

Além disso, o combate contra o capitalismo ganhou novas frentes vitoriosas ao redor do mundo, incentivando a propaganda revolucionária e a apreensão de seus símbolos e conceitos por parte dos grupos progressistas brasileiros. A Revolução Cubana e o Guevarismo, em especial, traduziram os objetivos e utopias dos militantes brasileiros, especialmente de jovens católicos, de combater o capitalismo e a desigualdade através do retorno ao mundo rural e à coletividade, símbolos de um passado que tinha a Igreja como uma instituição protagonista da sociedade.²²

Os anos 1960 marcaram a politização do discurso jucista, cujo teor demonstrava a nova missão do grupo de combater o capitalismo, aliando-se, inclusive, com os comunistas que, através de meios diferentes, combatiam o mesmo inimigo e desejavam um mesmo fim: uma sociedade harmoniosa e coletiva.²³

A aproximação da JUC com os comunistas resultou em hostilidade por parte do clero conservador, sendo acusada de desviar do objetivo principal de seu apostolado ao se envolver com política. No fim de 1961, a Conferência Nacional de Bispos Católicos (CNBB), entidade fundamental na reunião e homogeneização das pautas e projetos católicos, emitiu um documento que manifestava o desacordo com a instrumentalização e assimilação de teorias socialistas realizadas pela JUC e proibia a entrada de lideranças jucistas em cargos políticos, justamente em um período que líderes jucistas empenhavam-se pela liderança do movimento estudantil. Para romper com a submissão à hierarquia católica, jucistas engajados

²⁰ A reforma agrária tem função fundamental para a Igreja após a doutrina de Pio XI, que considerava o modo de vida rural o único restante do mundo pré-capitalista e a preservação desse modo de vida era a preservação da família e de seus valores, ausentes do mundo moderno (JECOV, *op. cit.* p. 32-39).

²¹ Lowy (1996, p. 41) identifica as influências de grupos periféricos, ou marginais, à hierarquia clerical na orientação de uma doutrina popular, como grupos leigos e padres estrangeiros.

²² RIDENTI, 2016.

²³ GAVIÃO, *op. cit.*, p. 28.

na política organizaram a Ação Popular (AP). A AP, como elabora um de seus líderes foi:

“um grupo ideológico não-confessional (...), um movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade, visando a se constituir numa expressão de um pensamento organizado, definido e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional” (GARCIA, 1979 apud DIAS, 2008, p. 167)

Ou seja, a AP declarava mais abertamente seus objetivos políticos, admitindo a constituição de uma luta revolucionária e rompendo com a missão cristianizadora. A formação da Ação Popular consolidou a radicalização da JUC que, não mais respondendo à hierarquia católica, pôde constituir e professar ideologias e objetivos políticos sem interferência, incentivando livremente a aliança com os comunistas e, posteriormente, tendo aderência de integrantes do Partido Comunista Brasileiro em suas frentes.²⁴

A história da Juventude Universitária Católica representa um percurso entre o discurso e a ação religiosa para o discurso e ação política. Esse percurso está cheio de referenciais românticos, com a negação da vida capitalista e com o incentivo da organização de centrar suas ações entre os grupos populares, como os trabalhadores rurais.²⁵ Os objetivos revolucionários da Ação Popular também tem caráter romântico, propositores do retorno à vida coletiva, não-individualista. A Teologia da Libertação, embora não seja um movimento ou discurso político, mas sim uma reflexão religiosa²⁶, também seguia essa linha, com uma doutrina centrada no pobre e no combate à pobreza, rejeitando o capitalismo, o individualismo e o desenvolvimentismo, promotor de desigualdade social e da dependência do Terceiro Mundo aos países do Hemisfério Norte.²⁷

Essa relação de valorização do popular constituiu um movimento comum de reação à modernidade, elaborado por Lowy e Sayre como um *romantismo* que iria além da escola artística-literária. O romantismo de Lowy e Sayre aparece como uma tipologia que designa uma visão de mundo passadista, que nega o

²⁴ DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 1, n. 1, p. 166-195, mai. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26635> > Acesso em 16/11/2022.

²⁵ RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2016. *Ebook*.

²⁶ Lowy (1996, p. 37) identifica importantes aproximações da Teologia da Libertação da política, porém enfatiza que não foi um movimento constituidor de partidos, de programas, de fórmulas econômicas ou objetivos políticos.

²⁷ LOWY, Michael. Liberationist Christianity in Latin America. In: LOWY, Michael. The War of Gods: Religion and Politics in Latin America. Nova York: Verso, 1996.

superdesenvolvimento industrial e urbano e o individualismo, próprios do liberalismo moderno. A crítica à modernidade capitalista promovida pelo romantismo buscava no passado exemplos para o futuro, na tentativa de recuperar valores que não se encaixavam com o pensamento liberal, como uma vida comunitária e solidária,

O romantismo enquanto tipologia abrange diversos romantismos que vão da direita à esquerda do espectro político. Dentre vários, há, por exemplo, o romantismo instrumentalizado para a formulação de coesão nacional durante os movimentos nacionalistas do século XIX, há o romantismo católico de direita que criou a Ação Católica durante o início do século XX — movimento mais ou menos reacionário que buscava a rescristianização do ocidente —, e o romantismo revolucionário que formulava utopias políticas anticapitalistas fundamentadas no passadismo e é o tipo de romantismo que se inscreve nas ações dos grupos católicos, artistas e intelectuais da esquerda brasileira.²⁸

Michael Lowy percebe a Teologia da Libertação como uma doutrina romântica, por protestar contra aspectos fundamentais da modernidade, capitalismo, individualismo, progresso sem igualdade social, em nome de valores pré modernos, como comunidade e religião. A crítica à modernidade, todavia, não negava toda a modernidade, pois defendia o discurso de liberdade, individual, de pensamento e de expressão, e o progresso científico, constituindo uma utopia que, baseada na tradição e na modernidade, constituiria uma sociedade igualitária, solidária e tecnológica, sem a relação de exploração e de dependência sobre os mais pobres.

Já a AP imergiu no guevarismo em seus primeiros anos de atuação, como outros grupos de esquerda brasileiros que acreditavam que o potencial revolucionário do operário não se equiparava com o potencial revolucionário do camponês. Posteriormente seguiu o maoísmo como doutrina, em um movimento divergente da maioria de grupos guevaristas. Marcelo Ridenti entende a imersão da Ação Popular no Guevarismo e no Maoísmo, como herança do período cristão da JUC, considerada por ele uma espécie de continuação e aprofundamento do romantismo revolucionário. Embora a Ação Popular tenha tentado desvincular-se do idealismo cristão sobre as utopias políticas, buscando um cientificismo e pragmatismo em Althusser, os símbolos pré-capitalistas das revoluções camponesas alimentavam o passadismo que orientou seu nascimento. Segundo Marcelo Ridenti

²⁸ RIDENTI, *op. cit.*

a AP assimilou facilmente o maoísmo pelas suas similaridades com o cristianismo protagonizado na origem do grupo, com culto à personalidade de Mao Tsé-Tung e a sacralização de seus escritos e de seu movimento. Conforme Marcelo Ridenti:

O sacrifício pessoal do militante intelectualizado para reeducar-se no meio do povo – conforme a proposta da Revolução Cultural – lembrava o sacrifício cristão. O igualitarismo maoísta, em busca de eliminar a distância e a diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, remetia involuntariamente ao cristianismo, ao despojamento franciscano, à comunhão com o povo de Deus (RIDENTI. *op. cit.*).

A AP transformou seu romantismo católico em romantismo revolucionário, oferecendo cientificismo ao seu idealismo cristão fundador, sem perder as características messiânicas desse período. Outros grupos católicos utilizaram símbolos cristãos para dar sentido revolucionário, como no caso do Grupão da Várzea que utilizou da paixão de Cristo, encenada por eles em 1970, como uma contestação da ordem política e social do Brasil, como se verá no terceiro capítulo.

Em Pernambuco a atuação de Dom Hélder enquanto arcebispo de Olinda e Recife demonstra características tanto do espaço oferecido pela igreja, institucionalmente, para a atuação social e política, quanto desse momento romântico das esquerdas brasileiras com a promoção de grupos voltados à conscientização, educação e combate à pobreza, conforme discutiremos adiante.

Dom Hélder Câmara envolveu-se em movimentos sociais logo no início de sua vida clerical, na década de 1930, atuando em movimentos trabalhistas e na Ação Integralista Brasileira. Com as mudanças de vento, provocadas pelas novas teologias cristãs desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial, Dom Helder abandonou o Integralismo. Nos anos 1950 articulou a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, instituição em que atuou como secretário-geral, cargo executivo, por 12 anos, centrando suas preocupações nos problemas políticos e sociais do país, especialmente das regiões Norte e Nordeste. Após o Golpe Militar de 1964 e o recrudescimento do regime, Dom Hélder passou a capitanear discursos em favor dos trabalhadores e contra os crimes de Estado ocorridos no Brasil. Denunciou as torturas realizadas contra os presos políticos e se tornou, já em 1970, uma figura conhecida, no exterior, pela defesa dos direitos humanos, realizando entrevistas e conferências nas quais denunciava o autoritarismo da ditadura militar. Desde 1964 Dom Hélder foi relacionado, pelo regime, às atividades subversivas, mas em 1969 seus passos já estavam sendo monitorados pela comunidade de informações da ditadura para a constituição de um dossiê de sua atuação; e em

1971 o arcebispo integrava a lista de bispos favoráveis ao socialismo do Serviço Nacional de Informações (SNI).²⁹

Dom Hélder incentivou a instrumentalização das artes para a conscientização religiosa e política das classes populares. Em diversos contextos, o arcebispo referenciou peças teatrais para exemplificar e protestar contra os problemas sociais, mobilizando a arte em prol da valorização de um ideário do povo brasileiro e utilizando de seus símbolos para alcançar objetivos pedagógicos ou reformadores, como os grupos de teatro nacionais o fizeram.

2.2 O teatro nacional

A partir da década de 1940 se formulou uma nova receita no cenário teatral brasileiro, na esteira da profissionalização do teatro, que buscava romper com a reprodução dos clássicos europeus e com a imitação estética, comuns nas companhias do “teatrão”, tipologia definidora do teatro comercial que se profissionalizou em torno do sucesso das bilheterias³⁰. À nova receita são fundamentais intelectuais e teatrólogos que propuseram formas e conteúdos do teatro nacional, enquanto teciam críticas ao consumo da arte cênica e a promoção do tipo de público que os artistas faziam a partir das escolhas estéticas, políticas e ideológicas em voga. O Teatro Arena, o Grupo Opinião e o Teatro Oficina, constituídos nos anos 1950 e 1960, são exemplos de companhias vanguardistas responsáveis pelo desenvolvimento do teatro de tendência nacional, engajada e crítica e pela busca de um povo brasileiro para ser representado em suas particularidades. Nesse sentido há a valorização da cultura popular e da história brasileiras, a tentativa de democratizar a arte cênica utilizando símbolos do cotidiano das massas e, ainda, a rejeição aos símbolos e posturas da classe média produtora e espectadora de teatro.

O Teatro de Arena, criado em 1953, inicia as atividades com o teatro de reprodução de obras e estéticas estrangeiras, até a entrada de Augusto Boal com suas severas críticas à influência do estrangeiro sobre a cultura nacional. Esse

²⁹ GOMES, 2014, *op. cit.*.

³⁰ O teatro que surgiu em combate ao chamado “teatrão” não se desvinculou do teatro comercial, havendo um processo de mercadorização desse teatro. Ver mais em: HERMETO, Miriam. O engajamento, entre a intenção e o gesto: o campo teatral brasileiro durante a ditadura militar. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

teatrólogo inaugurou a fase de teatro nacional-popular do Teatro Arena, aprofundando a proposta inicial da companhia, de se aproximar do público com as encenações em formato de arena, para inserir temas caros à identidade nacional e ao debate público. Produções centradas na identificação dos atores com os espectadores, utilizando na peça atos comuns do cotidiano, com obras referentes às lutas populares, como nas encenações Arena conta Zumbi e Arena conta Tiradentes, foram sucessos de bilheteria e crítica do grupo.³¹

Símbolos do cotidiano e temas populares também foram explorados pelo Grupo Opinião que, originado do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, seguiu com a frente do CPC de aproximar a classe média e sua intelectualidade à classe trabalhadora. Com a desestruturação do CPC da UNE, após a instalação do regime militar, o Grupo Opinião se firmou e promoveu um teatro crítico à ditadura e aos setores sociais de sua base. O primeiro espetáculo do grupo, antes mesmo de sua constituição enquanto companhia, foi criado em torno da música e das tradições populares brasileiras, rejeitando as obras estrangeiras e suas influências estéticas, mas integrando o repertório cultural das classes burguesa e operária, assim como do popular urbano e rural.³²

O Centro Popular de Cultura que deu origem ao Grupo Opinião, foi iniciado com uma dissensão do Teatro Arena. O projeto do CPC foi idealizado pelo grupo de artistas organizados em torno da produção e apresentação, no Rio de Janeiro, da peça *A mais-valia vai acabar*, do teatrólogo do Arena, Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha. Vianinha tinha planos de integrar um grupo que se encarregasse não só da produção, mas também da massificação da cultura popular, pois acreditava que o Arena não cumpria esse papel.³³

Foi assim que um grupo do Arena se desvinculou da companhia e solicitou junto a UNE um espaço para a constituição de um grupo produtor de cultura, o Centro Popular de Cultura. O CPC atuou e produziu nos diversos campos artísticos, como o teatro, cinema, música e literatura, com a proposta de constituir nesses campos uma arte voltada para o popular, tanto nas escolhas estéticas quanto no público alvo de suas produções. O CPC expandiu-se pelo país por meio da UNE

³¹ GARCIA, Miliandre. "Ou vocês mudam ou acabam": teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). 2008. Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro.

³² *Ibidem*.

³³ RIDENTI, *op. cit.*

Volante, projeto de excursão da UNE pelo Brasil, que resultou na formação dos Centros Populares de Cultura em diversos estados do país.³⁴

A UNE volante teve importância nesse período justamente por consolidar sua influência entre as uniões estaduais de estudantes, assim como consolidar a base nacional do CPC e da Ação Popular entre os movimentos sociais, constituindo apoio para as reformas de base em curso no país, como a reforma agrária, e estabelecendo a ação pedagógica dos militantes políticos entre as classes populares.³⁵

Os CPCs foram criados com o objetivo de unir os artistas, oriundos da classe média, às classes populares, intelectualmente, no sentido de formar uma classe não alienada da realidade e disposta a integrar o combate à desigualdade, e politicamente, objetivando a conscientização das classes populares para a participação nas lutas pelas reformas sociais.

Inspirado pelo CPC da UNE e pela produção teatral voltada para a educação ideológica das massas, o estudante Antonio Mercado Neto, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, convidou em 1965 o dramaturgo Roberto Freire para fundar um grupo de teatro que envolvesse militância política. Roberto Freire — que atuou pela popularização do teatro durante o período que foi secretário do Serviço Nacional do Teatro — aceitou o convite e organizou uma equipe responsável pela inauguração do teatro da universidade, nomeado Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA).

A criação do TUCA se fez no contexto repressivo da ditadura, quando as atividades das universidades, políticas e educativas, passaram a ser controladas pelos reitores, assim como pelo Decreto 477 que limitava as atividades universitárias apenas às práticas educativas. A liberdade artística e de expressão também estavam vigiadas entre as companhias teatrais, enquanto essas estavam ameaçadas por grupos conservadores apoiadores do regime e por atentados oriundos dos próprios militares, que incendiaram a sede da UNE, a casa do CPC, no dia seguinte ao golpe militar de 1964. Nesse cenário o TUCA teria que aprender formas de produção teatral políticas, característica fundamental ao grupo, que passassem ao crivo censor dos militares.³⁶

³⁴ RIDENTI, *op. cit.*; GARCIA, *op. cit.*, 2008.

³⁵ LIMA, 2011.

³⁶ SILVA, 2014.

A primeira peça escolhida pelo grupo foi *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto, que reunia elementos políticos, retratando a desigualdade social, e populares, com personagem retirante e cenário nordestino. Para a produção da peça foi necessária a realização de um curso, promovido pelo departamento de Ciências Sociais, voltado ao ensino do potencial político e pedagógico da peça. A escolha de *Morte e Vida Severina* também se fez dentro de um contexto de ampliação dos estudos sobre os retirantes sertanejos e de produções artísticas de sucesso que retratam o Nordeste, como as peças o *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, e o *Testamento do Cangaceiro*, de Chico Assis.³⁷

A produção foi realizada com escassas condições materiais, em um teatro sem iluminação no palco e em um palco sem cenário. Os artistas, utilizando roupas brancas, eram atores e cenografia, utilizando da interpretação para construir o universo nordestino. Apesar das inseguranças do grupo, a estreia da peça foi um sucesso e poucos meses depois o TUCA encenava *Morte e Vida Severina* no *Festival Mondial du Théâtre Universitaire* de Nancy e no *Théâtre des Nations* em Paris.³⁸

A figura do Severino, retirante solitário e miserável, foi massificada como a figura representativa do brasileiro, especialmente do brasileiro pobre, em um momento que a busca pelo povo brasileiro retomava figuras do popular sertanejo, em um movimento oriundo dos folcloristas que buscavam uma originalidade não impactada pela cultura universal, que se encontraria entre o campo.

Morte e Vida Severina era uma peça admirada pelo arcebispo Dom Hélder Câmara que a assistiu diversas vezes, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, e utilizou da peça para elogiar o potencial da arte cênica e da figura de Severino para ilustrar a vivência dos mais pobres no Nordeste em diferentes ocasiões.³⁹ Referenciando trechos do poema, Dom Hélder escreveu em 1965: “dez anos se passaram, depois que o nosso Poeta viu o que muitos e muitos não viam e continuam a não ver. Depois que ele emprestou voz a quem via, entendia e não sabia interpretar... Continuam e se agravam a morte e vida severina...” (CÂMARA, 1965 apud LEÃO e SANTOS, p. 3).

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ SALDANHA, 2019.

2.3 A Igreja e o teatro pernambucanos

O teatro foi percebido por Dom Hélder, assim como pelas companhias teatrais já citadas, como mecanismo de transformação política e social, mas para além disso, de evangelização eficaz.

Dom Hélder Câmara fundou em 1965 a Operação Esperança com o intuito de assistir as famílias mais pobres do Estado, especialmente as que sofreram com as cheias ocorridas no período. Em 1966 a Operação Esperança, com a articulação do teatrólogo Benjamim Santos, propôs a formação teatral pela organização, e Dom Hélder recebeu bem a proposta, pois conforme ele acreditava, o teatro fazia falta às classes populares:

Observei longamente: nosso Povo sem espetáculos, é doido por Teatro. Mexeu no palco, ninguém mais pestaneja ... Será um crime esquecer o Teatro, não valorizá-lo devidamente, não tirar dele toda a riqueza que esconde, como criador de mística, transmissor de mensagem, suscitador de beleza, pedagogo (CAMARA, 2011, apud SALDANHA, 67).

Em 1967 o teatrólogo pernambucano Isaac Gondim produziu uma peça intitulada *Emanuel, Deus conosco*, que retratava a paixão de Cristo, encenada por um ator negro, Hécio de Matos, no papel de Jesus. Marcada para estreiar na Matriz da Boa Vista na semana santa de 1967, teve sua estreia cancelada por discordâncias entre os clérigos que se reuniram para discutir o teor da peça. E preocupação parece ter se centrado na cor do Cristo, negro, condenada pelos censores, e no uso de músicas seculares em conjunto com textos bíblicos. “Entretanto, o arcebispo do Recife não se scandalizou, e deu guarita ao Cristo de Côr”⁴⁰. Dom Hélder autorizou e incentivou a apresentação do espetáculo nas igrejas de Recife e Olinda, argumentando, inclusive, que a utilização de músicas populares atraía os jovens ao evangelho.

A peça *Emanuel, Deus Conosco* foi encenada em diversas igrejas de Recife e Olinda e teve boa recepção pelos espectadores e periódicos, com suas críticas surpresas à seriedade da peça e do texto, apesar das polêmicas levantadas dias antes da estreia, como indica uma coluna do *Diário de Pernambuco*:

O espetáculo é grandioso bastando citar que para a sua contextura o coordenador teve de dirigir cerca de cinquenta atores, todos eles agindo e atuando segundo todos os evangelhos, sem nada diminuir a dignidade da figura de Cristo ou a importância que o texto merece. (Teatro quase sempre

⁴⁰ Cristo Mulato de Isaac Encontrou Pousada no Palácio do Arcebispo. Diário de Pernambuco. 10 Mar. 1967, Primeiro Caderno, p.8.

- Emanuel Deus Conosco. *Diário de Pernambuco*. 16 Mar. 1967. Segundo Caderno. p. 3).

A peça foi levada ao Rio de Janeiro para o Festival Nacional de Teatro de Estudantes, mas Isaac Gondim buscou igrejas para realizar o espetáculo, como fez em Pernambuco. Todavia a encenação foi rejeitada por vigários da cidade, enquanto os jornais interpretavam o Cristo negro, vestido com camisa vermelha, como um comunista. Em reportagem intitulada *Cristo Mulato Não Acha Igreja: Proibido no Rio*, o *Diário de Notícias* relata a relutância de clérigos em aceitar sua encenação, assim como a defesa de Dom Hélder e de Isaac Gondim à peça. Segundo a reportagem Dom Hélder afirmou:

Se alguns não se conformam com as circunstâncias de serem de hoje as vestes dos personagens e de ser mulato o Salvador é que, infelizmente, religião para nós, muitas vezes, é passado, ultrapassado, ao invés de vida que continua sem parar. Daí que devemos agradecer a Isaac: o impacto que quebra a rotina, a mensagem forte que nos desperta, a atualização do maior dos acontecimentos de todos os tempos. (Cristo Mulato Não Acha Igreja: Proibido no Rio. *Diário de Notícias*. 28 jan. 1969. 1ª Seção. p. 12).

Contrariando as acusações, Isaac Gondim as negou ao jornal: “meu Cristo não é comunista” e “se o ator que o representa é mulato deve-se apenas ao fato de ter sido considerado o melhor para o papel e, quanto a camisa vermelha, identifica-se com a cor do manto do Coração de Jesus”⁴¹. Referenciando uma entrevista anterior de Dom Hélder, Isaac explica como conseguiu autorização do arcebispo para encenar seu espetáculo em igrejas pernambucanas:

D. Hélder não me conhecia, mas, interrogado por repórter sobre a cor do protagonista, declarou enfaticamente: Cristo no Nordeste se chama Zé, Antônio e Severino. Recorri então ao nosso arcebispo que foi o primeiro a explicar, defender, indicar e recomendar nosso espetáculo através de seu programa semanal numa televisão de Recife. As negativas das igrejas apoiavam-se no fato de usarmos músicas profanas. Entretanto, em duas dessas mesmas igrejas tiveram lugar concertos de músicas não sacras e música popular alienígenas, como iê, iê, iê. (Cristo Mulato Não Acha Igreja: Proibido no Rio. *Diário de Notícias*. 28 jan. 1969. 1ª Seção. p. 12).

⁴¹ Cristo Mulato Não Acha Igreja: proibido no Rio. *Diário de Notícias*, 28 jan. 1968. Primeira seção. p.12.

Figura I – Hécio de Matos interpreta Jesus na peça *Emanuel, Deus Conosco*



Fonte: Jornal *Diário de Notícias* - 28 de janeiro de 1968

A peça *Emanuel, Deus Conosco* gerou uma celeuma que, apesar de concluída em Pernambuco com sua estreia, prosseguiu no Rio de Janeiro. Isaac Gondim não encontrou igreja disposta a ceder espaço para o Cristo negro de Recife, mas foi encenada no Palácio do Guanabara, por iniciativa do V Festival Nacional de Teatro em homenagem ao governador Negrão de Lima:

Jorge Avelino, assessor do Governador, defendendo a justa pretensão dos jovens pernambucanos, argumenta com entusiasmo ao Governador: — <<Até devido a seu nome, v. exa. está na obrigação de apoiar esta peça de Jesus negro >>... E o Governador NEGRÃO sorriu e apoiou. (Gente famosa *Diário de Notícias*. 11 fev. 1968. 4ª Seção. p. 6).

O Cristo acusado de comunista, pela cor da pele e da camisa, foi entendido por Dom Hélder Câmara como uma representação moderna das escrituras, mas também como a representação do povo na figura de Cristo. O povo sertanejo do Nordeste que buscava uma vida melhor nas capitais, sofrendo as tribulações da seca, da fome e da migração do retirante, do Severino, foi equiparada à trajetória de Cristo, assim como Cristo foi massificado na figura do pobre brasileiro.

A tendência nacional pode, assim, ser vista no teatro pernambucano, não só pela obra de Gondim, mas pela crise do teatro pernambucano, assumida por críticos e teatrólogos como Benjamin Santos, que observa o teatro do Grupão da Várzea como um frescor necessário à cena teatral, especialmente pela escolha do Grupão

em encenar, praticamente na primeira experiência teatral, a peça *Morte e Vida Severina*, como será explicitado no próximo capítulo.

3. O teatro do Grupão da Várzea

Embora o grupo tenha realizado festivais de música, festas de arrecadação e festejos, citados no livro de Marcos Ferreira, o autor destacou em crônicas apenas quatro eventos promovidos ou vivenciados pelo Grupão. O primeiro foi uma conferência de Dom Hélder, no teatro do Instituto Santa Maria Mazzarello, instituto educacional da rede salesiana. Essa conferência tem destaque, no livro, com a experiência do grupo de apresentar um jogral ao arcebispo, enquanto estariam sendo vigiados. O segundo foi a produção e encenação da peça *Morte e vida Severina* que integrou o Grupão no teatro pernambucano, assim como resultou no terceiro evento, a participação do Grupão na TV Universitária. O quarto e último evento narrado, última crônica do livro, foi a encenação de *Cristo no mundo, hoje*, peça que resultou em críticas ostensivas na imprensa e na menção do Grupão em documentos sigilosos da ditadura.

É importante enfatizar que o Grupão, parte do contexto progressista da Igreja e do teatro, não era um grupo nominalmente de esquerda, como comenta Marcos: “não nos interessava o comunismo nem o imperialismo americano. Nossa posição era a de querer um Brasil livre, construído por seus filhos e que tivesse a nossa cara. A cara de nós brasileiros” (FERREIRA, 2012, p. 256).

Apesar disso, em diversos trechos Marcos destaca que o Grupão não se pretendia político, mas se posicionava constantemente contra a ditadura. As ações de oposição do grupo centravam-se na crítica social, cristã, contra a desigualdade, valorizando o oprimido, enquanto condenava os perpetradores da opressão. A peça *Cristo no Mundo, Hoje* é o evento que promoveu críticas mais claras contra a ditadura, o que resultou na ostensiva crítica midiática sobre o Grupão e a Igreja pernambucana.

3.1 A conferência de Dom Hélder

Em 1971⁴² Dom Hélder compareceu na Semana da Juventude do Instituto Santa Maria Mazzarello, onde ministrou uma palestra. Segundo relato de Marcos Ferreira no livro *Várzea, lembranças de um tempo que se foi*, foi o Grupão da Várzea o responsável pelo convite ao arcebispo, mediado pelo padre da Matriz da Várzea. Nesse evento o Grupão encenou um jogral, adaptado da peça *Morte e Vida Severina*, em homenagem ao arcebispo.

Esse evento foi narrado por Marcos Ferreira na crônica *A conferência de Dom Hélder*, o penúltimo capítulo de seu livro. É nesse capítulo que finalmente Marcos Ferreira se insere na história da ditadura, destacando que ele e seus amigos não tinham atuação política, mas se viram envolvidos nos acontecimentos impossíveis de ficar alheios (FERREIRA, 2012, p. 323). A crônica foi escrita a partir de notícias de jornais, retratando a recepção dos jovens aos eventos do período ditatorial. No início do capítulo, Marcos Ferreira cita a previsão do tempo do Jornal do Brasil, publicada em 1968 com o objetivo de noticiar e criticar a outorga do AI-5 de modo a driblar a censura⁴³, para descrever um momento que os jovens do Grupão teriam debatido a origem da previsão e a situação ditatorial do país:

À noite, estávamos reunidos no terraço da casa dos padres quando chegaram Gervásio e Ruy. Aquela enigmática previsão do tempo foi então esclarecida.

— Vejam que ironia: ontem, sexta-feira 13 de dezembro, o general Arthur da Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5...

— O que querem desta vez? - Interveio Dina interrompendo Gervásio.

— Mais poder pra ditadura! - Bradou Ruy, que prosseguiu com ar preocupado, contando nos dedos.

— Agora eles podem cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, ingerir nos estados e municípios e suspender o direito ao *habeas corpus* para crimes que considerarem políticos, entre outras arbitrariedades é claro!

— É preocupante! A universidade está um reboleio. Fecharam o Congresso Nacional e prenderam Jucelino Kubitschek. - Continuou Gervásio, sentado

⁴² Essa data é controversa. O livro de Marcos Ferreira estabeleceu o ano de 1968 para narrar sobre o momento que descobriram, por meio da imprensa holandesa, o papel de Dom Helder na exposição dos crimes de Estado no Brasil e a sua fama, entre os militares, de agente subversivo. Todavia o *Diário de Pernambuco* noticiou a realização de uma conferência com Dom Hélder no mesmo local narrado por Marcos Ferreira, mas no ano de 1971. Pela referência a uma apresentação de jogral, noticiada pelo jornal, acredito que o evento narrado por Marcos Ferreira tenha acontecido em 1971. (Semana da Juventude. *Diário de Pernambuco*. 1 out. 1971. Segundo Caderno. p. 5).

Cabe salientar que a crônica de Marcos Ferreira que discorre sobre o evento também assume o convite de Dom Hélder para a conferência como sendo da iniciativa do Grupão. Não se pode, observar pelos documentos, quem eram os responsáveis pela Semana da Juventude do Instituto Mazzarello, mas pode-se conjecturar que o Grupão, enquanto jovens promotores de diversas atividades da comunidade, estariam envolvidos no convite.

⁴³ *Jornal do Brasil*. 14 dez. 1968. 1º Caderno. p. 1.

em uma cadeira de balanço, esfregando as mãos como se tentasse conter a ansiedade. (FERREIRA, *op. cit.*, p. 324).

A notícia foi usada como recurso argumentativo para contextualizar as ações e os sentimentos que orientaram as ações do grupo. Mais adiante no capítulo Ferreira narra sobre um momento que, por meio do pároco Guilherme, descobriu em um jornal holandês a vinculação de Dom Hélder ao comunismo:

Certo dia folheando a *Nederland* - uma publicação periódica holandesa que regularmente chegava a casa dos padres - me deparei com um noticiário sobre Dom Hélder. Chamou-me atenção as muitas fotos de nosso arcebispo. Fiquei curioso e pedi ao padre Guilherme para traduzir o texto. Sob o título “O Bispo Vermelho” a matéria abordava a luta do missionário contra o regime de exceção em vigor no Brasil. Referenciado no exemplo de Cristo e apoiado por seu carismático dom de oratória, defendia com avidez os direitos humanos. A matéria exaltava ainda sua figura pública e afirmava que ela adquiria importância cada vez maior em todo mundo. (...) Sabíamos que o governo bem que gostaria de livrar-se da presença incomoda de Dom Hélder, mas se o fizesse de maneira tão ostensiva, a repercussão mundial traria imensuráveis transtornos para imagem positiva que a ditadura tentava legitimar. Conversamos com nosso vigário, o padre Guilherme, sobre a possibilidade de Dom Hélder vir a Várzea fazer uma palestra. Nosso pároco assumiu a idéia, na primeira oportunidade fez o convite e o arcebispo de pronto aceitou. (FERREIRA, *op. cit.*, p. 326-327).

Marcos Ferreira então explica a organização do jogral criado para a visita de Dom Hélder, constituído de uma abertura formada pelo orador, Ruy Britto, um cantor, João Batista, e um coral, composto por Marcos, padre Guilherme, Marcos Hércules e Leonel; e de trechos da peça *Morte e Vida Severina* cantada pelos atores do Grupão, com comentários do orador Ruy Britto sobre a desigualdade social e o sofrimento do sertanejo. O jogral foi encerrado com a apresentação de Dom Hélder e do tema de sua palestra.

Marcos Ferreira cita diversos trechos da apresentação em seu livro, porém a abertura do jogral resume o conteúdo geral da apresentação. Iniciada com uma música, paródia de origem desconhecida da música Uirapuru, a encenação personificou Jesus no nordestino e no pobre, com o refrão

“Eu sou Cristo, sou nordestino /
Sou sertanejo, operário, sofredor”;

além de estrofes que reivindicavam mudanças sociais:

“A seca e a cheia que nos vem todos os anos /

Não é castigo do Bom Deus, vou lhes dizer /
 Ele nos deixa tão somente como exemplo /
 O que se pode, mas se deixa de fazer”.

A música sintetiza o movimento observado nas artes e na militância, entrelaçadas, de valorizar o povo pobre e de contestar sua realidade, indicando a possibilidade de transformação. Em outra estrofe a música diz:

Cristo já foi e já nos disse e ensinou /
 Que a solução para tudo isso é o amor /
 Por isso espero a reforma e compreensão /
 Pra sermos homens de verdade sim senhor.

Mais uma vez aparece a vontade de mudança da realidade social, mas amparada na expectativa cristã de solucionar através do amor. Dando continuidade, o orador declarou:

Cristo no Nordeste não tem nome definido, é João, Severino, Maria, é cada um de nós que carregamos a cruz da sede, da fome e da vida, onde o calvário é a própria terra em que pisa. É a vida menos vivida a cada dia da vida, e o homem é castigado pelo pecado de ter nascido carregando sua cruz até a morte, onde embarcado na rede, parece que ele, afinal, encontrou o seu veículo de marca e modelo ideal. (FERREIRA, *op. cit.*, p. 329).

Esse trecho em especial parece referenciar a fala de Dom Hélder quando questionado sobre a peça de Isaac Gondim em 1967, citada no capítulo anterior: “D. Hélder não me conhecia, mas, interrogado por repórter sobre a côr do protagonista, declarou enfaticamente: Cristo no Nordeste se chama Zé, Antônio e Severino”⁴⁴

O uso do sertanejo como categoria representativa do pobre e de Cristo se insere no contexto artístico e político das esquerdas brasileiras que, com seu passadismo utópico, desejavam um retorno à sociedade campesina pré-capitalista e/ou observavam a figura do sertanejo como símbolo de um passado idealizado e que, portanto, deveria ser focalizado nas narrativas de povo brasileiro.

A crônica de Marcos Ferreira também narra o início da fala de Dom Hélder, com um aviso ao pé do ouvido de Ruy de que eles estariam sendo observados pelos militares e que Ruy deveria fugir. Marcos narra também a escapada de Ruy,

⁴⁴ Cristo Mulato Não Acha Igreja: Proibido no Rio. *Diário de Notícias*. 28 jan. 1969. 1ª Seção. p. 12.

enquanto escreve os ensinamentos do arcebispo, como um eco da cena de fuga, ou um recurso literário de inserir acontecimentos paralelos. Embora lance mão da liberdade artística para retratar suas memórias e transformá-las em crônicas, Marcos mantém a realidade incrustada, deliberadamente no texto ou na nota de rodapé. Nessa crônica ele explica na nota de rodapé que, após a apresentação do jogral, conhecidos avisaram aos jovens de uma estranha movimentação de homens e carros desconhecidos na vizinhança do Instituto Mazzarello. E, ainda, no texto, concluindo a crônica, que por muito tempo notaram a presença de um carro com duas pessoas desconhecidas parado próximo às suas reuniões de calçada realizadas na frente da Matriz, após missas e reuniões do Grupão:

Nos dias que se seguiram a esta primeira visita de Dom Hélder e por um longo período, observamos que toda vez que estávamos agrupados naquele pátio em frente ao templo, estacionava um fusquinha velho, próximo as ruínas do portal da casa de Fernandes Vieira embaixo de uma árvore que ali existia. Nele, um casal namorava durante todo tempo de nossa permanência no local. Aquela constância despertou a suspeita, depois confirmada, de que eram ligados a repressão e estavam ali para nos espionar. Passamos a nos divertir com aquela situação. Era um malogro para os “namorados”, porque aqueles nossos encontros nada tinham de subversivos. Nada falávamos de política, apenas curtíamos. Acredito que a missão dos dois não era mais frustrante e enfadonha porque deveria rolar uns amassos de verdade. Afinal, trabalho é trabalho, mas ninguém é de ferro. (FERREIRA, op. cit., p. 339-340).

Sobre a confirmação da espionagem sobre o grupo não há documentação oficial que a ateste, porém há a menção do grupo em dossiês de Dom Hélder Câmara, aparentemente baseados em matérias de jornais que repercutiram a atuação do Grupão, como será possível observar no tópico seguinte, sobre a peça *Cristo no Mundo, Hoje*.

Além disso, há um documento que relata a destruição de outro documento cujo assunto era o Grupão da Várzea. Nesse documento há a citação de integrantes do grupo, nomes que não apareceram em nenhuma matéria veiculada pelos jornais. Portanto, embora, até então, sem prontuários ou relatórios policiais, é possível afirmar que houve alguma investigação sobre o grupo, ao menos sobre quem o integrava.

3.2 Morte e Vida Severina

Na crônica *Morte e Vida Severina*, Marcos Ferreira narra a primeira grande experiência do Grupão com o teatro. Foi em 1968, quando o Grupão da Várzea entrou em contato pela primeira vez com a peça *Morte e Vida Severina* através do álbum de Chico Buarque, produzido para o Teatro da Universidade Católica de São Paulo, o TUCA. Marcos Ferreira relata em seu livro sobre a decisão de produzir a peça e alguns dos momentos dessa montagem. Sem nenhuma experiência profissional no teatro, os jovens leram a obra original, organizaram um texto, aprenderam as músicas do TUCA e construíram cenário e figurino, com papelão e sacas de açúcar. Quando começaram os ensaios, um dos integrantes, Gervásio, buscou a ajuda de atores profissionais e acabou recebendo auxílio do dramaturgo Benjamim Santos, do Teatro Popular do Nordeste, o TPN. Benjamim Santos participou de ensaios e auxiliou o grupo na montagem da peça, orientando a atuação corporal e as escolhas cênicas.

O auxílio de Benjamim Santos incentivou a apresentação do grupo fora da comunidade da Várzea, onde os jovens já haviam promovido outras apresentações culturais, mais pela brincadeira que pela arte. Isso se deu porque além de orientar a montagem da peça, o TPN divulgou a encenação, ampliando o público dos jovens, atraindo pela primeira vez um público pagante às apresentações do Grupão. Entretanto, o espetáculo que marcou Marcos Ferreira foi encenado no teatro do TPN, com grande público e final ovacionado que foi comentado por Benjamim na sua coluna do Jornal do Commercio:

Morte e Vida Severina

1 - Muito raramente um espetáculo local é tão aplaudido, e com tanto entusiasmo, como a apresentação de "Morte e Vida Severina" (João Cabral/Chico Buarque), segunda-feira última, no TPN, pelo Grupo da Várzea. Logo a partir do início, a montagem da Várzea agradou pela sobriedade cênica, sobretudo dos atores e, à medida que crescia em ritmo e intensidade de ação, mais o público se deixava fascinar pela representação, aplaudindo por várias vezes os mais belos momentos de encenação, de música-texto, de interpretação de tão jovens atores. E, entre todos os aspectos positivos da montagem, o grupo se firma na cidade pela interpretação pura, quase ingênua (não viciada, embora primária em muitos momentos), pela simplicidade de comportamento dos atores (tão comum que é entre os nossos amadores estreantes, e mesmo entre profissionais, o medo do público, o nervosismo em cena, a insegurança na maneira de dizer o texto e do gesto a ser projetado), sendo elogiáveis ainda a imaginação do diretor quanto às soluções cênicas e ao emprêgo exato e lúcido dos elementos e pertences que são usados no espetáculo e a sobriedade geral da representação. Um diretor que tenha já trabalhado espetáculos em que os atores misturam a fala e o canto, mais ainda, que já tenha liderado grupos iniciantes, sabe perfeitamente o quanto é difícil, no Nordeste, o apuro técnico de um espetáculo como êsse da Várzea, em que a

dinamicidade da ação é emitida principalmente pelo canto (coral e dialogado), entremeado de falas e versos recitados.

Mas longe de analisar o espetáculo apenas levando em conta ser o grupo um apanhado de jovens de subúrbio (se nos apegarmos simplesmente a este aspecto, o “Grupão” deu uma enorme e concreta lição aos tantos atores e diretores da cidade, os do centro que, com bom tempo de teatro, apresentam trabalhos viciados, mal apurados, desarmoniosos). (*Jornal do Commercio*. 23 Jan. 1969. Caderno II. p.2).

A seara do Grupão no teatro se iniciou com a rica experiência da *Morte e Vida Severina* e do contato com o Teatro Popular do Nordeste, assim como a história do teatro pernambucano ganhou um novo grupo, como se envaidece Marcos Ferreira na conclusão de sua crônica, ao falar sobre a menção do Grupão no livro *Conversa de Camarim – o teatro no Recife na década de 1960*, escrito por Benjamin Santos.

A inserção do Grupão na história do teatro pernambucano se faz importante justamente pelas transformações e críticas que passava a cena teatral do estado no período. A tradição e estética consagradas do Teatro de Amadores de Pernambuco e do Teatro Popular do Nordeste, baseada na busca por um nordeste pernambucano e por uma pernambucanidade, estava dando lugar a um teatro menos regionalista e mais nacionalista-popular, movimento observado em todo o país.⁴⁵

É na década de 1960, mais especificamente entre 1965 e 1970, que críticos diversos assumem o período como o da decadência do teatro pernambucano, inferindo diversos motivos para essa decadência, como a mudança do público, mais jovem, ou a ausência de renovação das temática e estética dos principais grupos⁴⁶. É nesse período que Benjamin Santos escreve peças que expandem o regionalismo do teatro consagrado, com produções que exploravam uma identidade popular nacional, ao mesmo tempo que contestavam, implicitamente, o silêncio dominante e a vigilância dos militares. O Grupão da Várzea se insere nesse período de transformação do teatro local entre os grupos de jovens que anseiam por uma cena cultural contestadora da tradição teatral e da censura moral e política⁴⁷. A escolha,

⁴⁵ SANTOS, Mateus Melo dos. Bocas que beijam, bocas que falam: Grupo de Teatro Vivencial e masculinidades em Recife e Olinda (1974-1983). 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

⁴⁶ CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Inventário de uma memória consagrada: Benjamim Santos nos interstícios do teatro pernambucano (1960-1970). 2017. 313 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da UFCE, Fortaleza, 2017.

⁴⁷ É na segunda metade da década de 1960, com a centralização dos órgãos de censura pelo governo federal, que a censura moral sobre as diversões públicas se sobrepõe a censura moral, transformando as relações consolidadas entre grupos promotores de diversões públicas com os censores locais, enquanto novos itens passíveis de censura são inseridos na justificação de interdição sobre as atividades culturais, como espetáculos teatrais que promovessem críticas ao regime vigente. GARCIA, Miliandre. "Ou vocês mudam ou acabam": teatro e censura na ditadura

portanto, da peça *Morte e Vida Severina*, embora inocente, foi a melhor possível para chamar a atenção do público e do teatro profissional. Na continuação da coluna, Benjamim Santos afirma:

Morte e Vida Severina

2 O espetáculo da Várzea vale por si próprio, pela grandeza do texto e a grandiosidade da música. Mais especificamente, entre nós, nordestinos a representação se torna ainda mais acabada, enquanto consegue maior comunicação, visão que somos os melhores conhecedores, quer existencial ou por pura aproximação, somos nós os que conhecemos de perto o sertão e a seca. (...) É preciso que os nossos atuais grupos universitários façam espetáculo ao menos com 50% do rendimento desta Morte e vida Severina, que há muito tempo não fazem. Onde estão as razões e os motivos. Os nossos grupos que reflitam, e talvez encontrem (*Jornal do Commercio*. 25 jan. 1969. Caderno II. p. 2).

Figura II – Grupão da Várzea recria para foto a cena de enterro da peça *Morte e Vida Severina*



Fonte: Livro *Várzea – lembranças de um tempo que se foi* (2012)

A trajetória teatral do Grupão foi iniciada com o espetáculo da *Morte e vida Severina*, porém a peça foi um passo não-intencional no caminho da nacionalização e popularização do teatro e da reflexão sobre a realidade social que foram realizadas no período. A intencionalidade se vê, no entanto, na apresentação do jogral que abriu a palestra de Dom Hélder, com a peça sendo utilizada não apenas como a trajetória do retirante, mas como a trajetória do retirante-Cristo que, injustamente, vivia uma vida e morria uma morte “Severinas”, como retrata uma citação do jogral transcrita por Marcos Ferreira na crônica *A conferência de Dom Hélder*:

Assim como a vida é um prêmio, a morte é o descanso de uma gente sofrida. Que lutou por um pedaço de terra e que lhe foi negado pelo latifúndio. Que lutou por uma vida igual. Que lutou contra a fome, a sede e a

miséria, e como Severino, existem muitos que vivem neste sertão em regime de fome e sub nutrição e a sub nutrição constante trás: diminuição da estatura, deformações esqueléticas, dentição podre, insuficiência tiroidiana, velhice prematura, preguiça, anemia e tuberculose. (FERREIRA, op. cit., p. 333).

Todavia, o grupo continuou produzindo espetáculos, autorais ou não, independentemente e amadoramente. Um desses espetáculos é lembrado na última crônica do livro de Marcos Ferreira e foi um episódio que saiu das colunas dos jornais recifenses para integrar os dossiês investigativos de Dom Hélder Câmara no arquivo da ditadura militar.

3.3 Cristo no Mundo, Hoje

A última crônica do livro *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi* narra a produção, encenação e recepção do público da peça *Cristo no mundo, Hoje*. Esse capítulo tem o segundo maior número de páginas e traz o maior número de fotografias do livro, além de listagem de jornais que trataram da peça, assim como trechos do roteiro.

O tema da crônica foi a polêmica peça escrita por Marcos Ferreira para celebrar a Semana Santa da Igreja Matriz da Várzea, a pedidos do pároco da Igreja, Guilherme. Os jovens decidiram produzir uma Paixão de Cristo aos seus modos, com figurino e linguagem modernos, e convidaram o pároco para interpretar o papel de Jesus Cristo.

Marcos, responsável pela escrita, aproveitando a roupagem atual da história de Cristo, criou uma Paixão de Cristo ambientada em seus dias e baseou a escrita da peça nos acontecimentos mais recentes do país e de sua vida: a repressão política da ditadura e o vestibular de 1970. O texto, aprovado pelo padre Guilherme, foi encenado no altar da Matriz da Várzea, no dia 27 de março, dia da Sexta-feira Santa de 1970.

A peça questionou a evolução da humanidade diante de todas as inovações tecnológicas e retratou um Jesus Cristo que pregava em favor da igualdade de direitos para todos, da liberdade de expressão, dos impostos. Quando, da adaptação do evangelho de João, Pedro desejou impedir, com arma, a prisão de Cristo, Jesus declarou:

— Chega Pedro! Guarda tua arma. (...) Não basta o sangue derramado nas grandes guerras? Não bastam as vidas ceifadas nos campos de luta do

Biafra e do Vietnã? Não basta o sangue de inocentes vítimas de abortos provocados? Não bastam tantos irmãos, em todo mundo, presos arbitrariamente, e submetidos a tratamentos cruéis e degradantes? (FERREIRA, op. cit., p. 347).

Em seguida Cristo, já preso, foi interrogado por Pilatos, enquanto era acusado por populares de subverter a ordem e de organizar o vazamento da prova do vestibular ocorrido no início daquele ano⁴⁸. Pilates discordou das acusações, mas decidiu fazer a vontade do povo, que clamou pela condenação de Jesus por terrorismo, com pena de morte por fuzilamento⁴⁹:

OFICIAL

— Pelotão sentido.

O pelotão se perfila.

JESUS

— Que meu sangue sacie a sede de ambição dos homens.

OFICIAL

— Pelotão apontar.

Enquanto os soldados obedecem ao comando, Cristo continua:

JESUS

— Que escoe sobre a terra e cesse o sofrimento dos que padecem com as secas.

OFICIAL

— Pelotão engatilhar.

É feito mímica como se fuzis fossem manuseados.

JESUS

— Que afogue a maldade, a injustiça a fome e faça subsistir um mundo de compreensão e amor.

OFICIAL

— Fogo!

Um gesto, uma batida seca do tarol e Jesus tomba. (FERREIRA, op. cit., p. 353).

Figura III – Cristo (padre Guilherme) é fuzilado em cena da peça *Cristo no mundo, hoje*



Fonte: livro *Várzea - lembranças de um tempo que se foi* (2012)

⁴⁸ O vazamento criminoso das questões do vestibular da Universidade Federal de Pernambuco em 1970 ficou conhecido como "bizu dos vestibulares".

⁴⁹ Essa escolha cênica se pautou, segundo Marcos Ferreira (FERREIRA, op. cit., p. 341), na sanção do Decreto-Lei nº 898/69 sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional que estabelecia penas de prisão e de morte aos crimes de guerra revolucionária e guerra psicológica. (BRASIL, 1969).

Dois dias depois o *Diário de Pernambuco* noticiou o evento, que ocorreu no mesmo dia que outra Paixão de Cristo, com atualizações do evangelho, foi encenada em Ponte dos Carvalhos, bairro do Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana do Recife:

Representação do Calvário surpreende expectadores

Este ano, as representações da Paixão de Cristo, na sexta-feira santa, surpreenderam a maioria dos católicos, acostumados com a tradicional imagem de Cristo, Salvador da Humanidade. Tanto na Várzea como em Ponte dos Carvalhos, apareceu um Messias integrado com a nossa realidade, sofrendo os problemas atuais ou aceitando os costumes de nossa época, dialogando com os jovens.

A via sacra, pela manhã, percorreu as ruas do Recife levando a imagem do Senhor dos Passos. À tarde, D. Hélder Câmara presidiu à solene ação litúrgica da Paixão e Morte de Jesus Cristo, na matriz de Santo Antonio, seguindo-se a procissão do Senhor Morto, tendo à frente o arcebispo.

PAIXÃO DE CRISTO

Ná Várzea, sob a orientação do padre holandês Guilherme Van, que fez o papel de Cristo, um grupo de paroquianos da ala jovem resolveu representar a morte do Cristo através de fuzilamento, ao invés do bíblico costume da crucificação, desconhecido em nossos dias.

Já em Ponte dos Carvalhos, apesar da reconstituição da época, Jesus apresentou-se numa linguagem mais direta e melhor compreendida, principalmente pelos jovens. As últimas palavras de Cristo, quando de sua crucificação, foram de protesto contra as violências que se cometem, atualmente, em Biafra e no Vietnã, fazendo lembrar que, após quase dois mil anos de sua morte, os homens ainda não assimilaram seus ensinamentos, induzindo-os ao Amor (*Diário de Pernambuco*. 29 Mar. 1970. Primeiro caderno. p. 11).

O *Diário de Pernambuco* inicialmente noticiou que a peça do Grupão apresentava a morte de Cristo com uma pena contemporânea, enquanto a peça de Ponte dos Carvalhos fazia a crítica da permanência da violência e da não aprendizagem dos ensinamentos de Cristo. Cabe salientar que existe a diferenciação do conteúdo das duas peças, enquanto em outras matérias jornalísticas elas se misturam⁵⁰.

Em entrevista, intitulada *Peça bossa nova foi pra mostrar que o mundo não evoluiu espiritualmente*, padre Guilherme contou ao *Diário da Noite* os objetivos e a repercussão da peça entre o público da Igreja:

<<Nosso objetivo foi colocar o Cristo no mundo de hoje e mostrar que houve um grande progresso técnico, mas que espiritualmente pouco evoluímos>>, diss [sic] o padre Guilherme Van Leidjen, da Paróquia da Várzea,

⁵⁰ Marcos Ferreira insere em sua crônica sobre o evento trechos da peça que citam o as guerras no Vietnã e no Biafra, reproduzindo os relatos jornalísticos que confundiam os eventos.

explicando o motivo do fuzilamento do Cristo na sexta-feira Santa, em vez da sua crucificação como acontece tradicionalmente.

Para os moradores da Várzea a reação sobre o novo Cristo apresentado na sexta-feira Santa foi muito boa: <<Apenas algumas pessoas que não viram a peça é que reclamaram contra o traje dos rapazes e disseram ser muito espalhafatoso, <<disse o pároco da Várzea sobre o comportamento das pessoas que assistiram à peça que, segundo sua opinião, é <<um exame de consciência coletiva>> (Peça bossa nova foi para mostrar que o mundo não evoluiu espiritualmente. *Diário da Noite*. 30 Mar. 1970. 1º caderno. p. 2)

Nessa mesma entrevista, Guilherme negou que a peça foi ofensiva aos seus espectadores, afirmando, inclusive, que preparou os fiéis da paróquia para o espetáculo e, ainda, que nenhuma autoridade da Igreja jamais esteve ciente do conteúdo da encenação:

Padre Guilherme há seis anos que é pároco da Várzea e sempre contou com a ajuda dos jovens para todos os empreendimentos que tem realizado. Disse que três semanas antes das comemorações da Semana Santa, os jovens paroquianos lhe procuraram sugerindo que se fizesse uma solenidade diferente, onde um novo Cristo fosse apresentado dentro de uma visão atual de nossos problemas e da era tecnológica. <<Eles mesmo prepararam o texto sob minha supervisão, e começamos a ensaiar>>. Sobre a repercussão, disse que antes de realizar a peça com as modificações, procurou preparar o espírito dos paroquianos, colocando um cartaz pela igreja com uma pergunta que eles meditassem: <<Qual seria a imagem do Cristo que veio ao mundo hoje?>>.

Muita gente estranhou mas vi diversas velhinhas, que antes protestavam contra a peça dos jovens, chorar na hora do fuzilamento do Cristo>> — revelou padre Guilherme.

A programação da sexta-feira da Paixão da igreja da Várzea seguiu todas as diretrizes da Arquidiocese para o dia da morte de Jesus Cristo. Apenas os detalhes da encenação da Paixão de Cristo não foi comunicada às autoridades da Igreja (*Diário da Noite*, op. cit.).

Refletindo sobre possíveis comparações com a Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, Guilherme disse:

Padre Guilherme está certo de que a imagem do novo Cristo foi aceita pela maioria das pessoas e que a escolha do fuzilamento era bastante normal, já que esta é uma das formas de punição e o Cristo que eles estavam mostrando era justamente o do nosso século. Sobre a paixão de Cristo feita nos moldes tradicionais, como acontece em Nova Jerusalém, disse que <<é também um das maneiras acertadas de se mostrar a imagem de Cristo. Só que nós queríamos apresentar a imagem do Salvador atual — que tem que ser um pouco diferente — mas mostrando que o homem evoluiu muito pouco espiritualmente em comparação com o desenvolvimento tecnológico>> (*Diário da Noite*, op. cit.).

Poucos dias depois foi iniciada a reação contra as encenações da sexta-feira santa nos jornais no estado. Colunas e notícias foram publicadas com forte teor

crítico, especialmente da participação do padre na Várzea e das alterações realizadas nas escrituras. O *Diário de Pernambuco* noticiou no dia 2 de abril de 1970 a crítica do vereador Wandenkolk Wanderley⁵¹ à encenação:

VV condena via crucis da Várzea

Para o vereador Vanderkolk Vanderlei as inovações introduzidas pela Igreja local, nos atos litúrgicos da Semana Santa, realizados em Ponte dos Carvalhos e na Várzea, representaram mais um atestado de degradação dos bons costumes católicos, com o agravamento de tais atos terem sido comandados pelo próprio arcebispo de Olinda e Recife.

Adiantou que, na Várzea o Clero Católico, permitiu que um simúlacro [sic] ridículo da Paixão de Cristo fôsse representado por “cabeludos”, encarando a figura de Jesus, um padre holandês de idoneidade suspeita e que terminou por ser fuzilado, a tiros de festim, no pátio da Igreja. Em seguida, foi oficiada a Santa Missa.

Em Ponte dos Carvalhos — expressou — o Drama do Calvário foi encenado por transviados, sob o comando de dom Hélder. Ali, chegou-se ao cúmulo de se permitir que uma prostituta conduzisse às costas a cruz de Cristo e que uma garota festiva, envergando uma ousada mini-saia, fizesse às vezes de Nossa Senhora. “Assim já é dose para elefante”, disse. Urge que o Papa tome medidas sensatas, porque, do contrário, a religião Católica vai virar bagunça da boa e a fé em Cristo — apanágio da nacionalidade brasileira — será execrado aos páramos da anarquia e da desordem generalizada.

O sr. Vandenkolk Vanderlei assinalou que necessário se faz uma reação da gente católica à altura da ofensa. (*Diário de Pernambuco*, 2 abr. 190, primeiro caderno. p.3).

A reação da gente católica logo veio, como demonstra o tom da coluna *Crônica da Cidade* do *Jornal do Commercio*, escrita pelo dramaturgo Valdemar de Oliveira, três dias depois:

Crônica da Cidade

A BAGUNÇA OFICIALIZADA

Rasguem-se os textos dos evangelistas, que durante tantos anos têm consolado a humanidade. Calem-se as vozes dos bispos que erguem a Cruz, sôbre suas cabeças, para conduzir os povos aos caminhos da salvação. Emudeça a palavra dos catequistas que às crianças ensinam, como Nôbrega e Anchieta ensinavam aos catequistas do Brasil, as verdades da Escritura. Tudo isso está errado, tudo é falso: as coisas que aconteceram na Galiléia se passaram de outro modo. Os evangelistas de hoje são outros, padres vindos de outras terras, pregando outras verdades — e tão contraditórias entre si, tão conflitantes, que o povo já não sabe, com o fardo de sua Fé aos ombros, para onde dirigir-se: para a Várzea, onde um holandês, vivendo Jesus, sob uma camisa esportiva, é encostado a um paredão e metralhado de balas de festim ou se para Ponte dos Carvalhos onde outro mal-assombrado põe aos lábios de Jesus, prestes a expirar, não o pedido de perdão para os seus verdugos mas, apóstrofes “de protestos

⁵¹ Wandenkolk Wanderley, nome cuja grafia aparece nos jornais como Vanderkolk Vanderley, foi um vereador apoiador do regime militar. Em 1968 o vereador denunciou o assessor de Dom Hélder Câmara, o padre belga Joseph Comblin, por subversão da ordem política-social e incentivo a luta de classes (*Jornal do Commercio*, 1968, apud, MAUPEOU, 2003).

contra as violências que se cometem em Biafra e no Vietnã". E o seráfico dom Helder Câmara inocente de tudo, como um recém-nascido sob a Lei do Ventre Livre, falando no Cristo crucificado por amor dos homens e acompanhando-o, em sua via-crucis, pelas ruas da Cidade! Pois, em que ficamos, snr. Arcebispo? Ignorais o que à vossa volta ocorre ou concordais com os achincalhes à pura Verdade cristã — o "bizu" intrometendo-se nos versículos do Nôvo Testamento, o paredão (que certamente não é o de Cuba) se erguendo no cimo do Calvário, a coroa de espinhos substituída pelo arame farpado, a bôca sagrada vomitando ódio — e Vossa Eminência Reverendíssima mandando que se leia na programação da Páscoa p "texto em que São Paulo termina uma exposição sôbre a liberdade cristã, em face das práticas alienantes do paganismo"! Uma das duas coisas é pilhéria e eu espero que seja a dos dois diabos feito ermitões. Mas, como pode uma ser pilhéria sem que a outra não o seja também? Eis a bagunça implantada, oficialmente, no reino de Deus do meu Recife. Felizmente a "Paivão [sic] de Cristo", na Fazenda Nova, nos redime de tanta mentira. — W. (*Jornal do Commercio*. 5 de abr. 1970. Caderno 1. p. 2).

No dia 19 de abril o mesmo colunista rebate contundentemente a defesa das peças realizada pelo Boletim Arquidiocesano de que essas seriam apenas a atualização de mensagens antigas:

Crônica da Cidade O Troféu da Cruz

Sempre houve uma exaltação vitoriosa e vibrante da Cruz de Cristo. Já teriam os comentaristas observado tanto nas antífonas e hinos <<Cruceam tuam>>, <<Cruz fidelis>>, <<Pange lingua>> (Cantas, ó língua, o glorioso combate de Cristo e publica o nobre triunfo no troféu da Cruz?)

Estas lindas palavras não são minhas. São do <<Boletim Arquidiocesano>> de 5 de abril de 1970. Precisamente nêsse dia, publicava esta coluna a crônica intitulada <<A bagunça oficializada>>. E eu, autor maldito dessa mesma crônica, logo me pôs a ler a suculenta págica em que o nosso Mini-Observatore explica o que se fêz na Várzea e em Ponte dos Carvalhos, em contestação a <<notíciais fragmentárias>> que focalizara, apenas alguns aspectos das representações sacras os quais, <<fora do conhecimento integral dos objetivos da promoção, não podiam ser bem entendidos. ais adiante, vêm este pedacinho de ouro: <<Queremos sômente perguntar se não tem acontecido isto sempre no teatro e na arte: a atualização de mensagens antigas>>. E que haveria de estranhar nisso, pergunta se o próprio Santo Padre já chamou a atenção do mundo para

<<os problemas das guerras e fraticidas do Sudoeste asiático, de Biafra da subversão e das torturas infligidas por autoridades policiais?>> E o Mini-Observatori nos informa que, na Várzea, a reconstituição da Paixão de Cristo partiu da seguinte pergunta (perdoado o mau português): <<Se Cristo viesse hoje ao mundo o que lhe teria acontecido?>>

Que aconteceria, êle iria perguntar ao padre da Várzea onde andava a Sua Cruz; se se pretendia substituí-la nos altares por um fuzil; perguntaria por que mudaram a túnica azul de Nossa Senhora para uma minissaia e, mais que história é uma de bizu metido no Nôvo Testamento; indagaria se, ao lado das referências ao Vietnã e a Biafra, o padre da Ponte dos Carvalhos colocou outras — a Hungria, à Tchecoslováquia, à Cuba, ao embaixador alemão na Guatemala; a Edson Régis, a Jan Palach. Muito teria que fazer, o Cristo, de volta: novamente empunhar o seu chicote ou fazer cumprir-se logo, a promessa das Escrituras, fazendo cair dos céus, novamente, o fogo que destruiu Sodoma e Gomorra Para que também os fariseus da

<<atualização de mensagens antigas>> vergassem os joelhos para crer, sinceramente, <<no troféu da Cruz>> — W. (*Jornal do Commercio*. 19 abr. 1970. Caderno 1. p. 4).

Valdemar de Oliveira destacou na coluna aspectos da Igreja conservadora contrária à atualização do evangelho, considerando a peça um achincalhe herético contra a religião cristã, e à imoralidade da minissaia utilizada por uma das atrizes da época. Além disso, criticou o protesto contra as guerras do Vietnã e do Biafra, considerando os envolvidos como hipócritas que ignoravam a violência da União Soviética sobre a Hungria e a Tchecoslováquia, ou a situação cubana, destacada por ele justamente por representarem o regime comunista, intensamente combatido pela Igreja desde a encíclica *Rerum Novarum*.

Em 23 de abril de 1970 o *Diário de Pernambuco* publicou uma coluna de Orlando Moraes criticando as peças da Várzea e de Ponte dos Carvalhos que representariam o prelado de Dom Hélder. Primeiro, Moraes indicou a influência do arcebispado na produção das peças, que diferentemente dos demais eventos ocorridos nas outras paróquias da cidade, foram divulgadas:

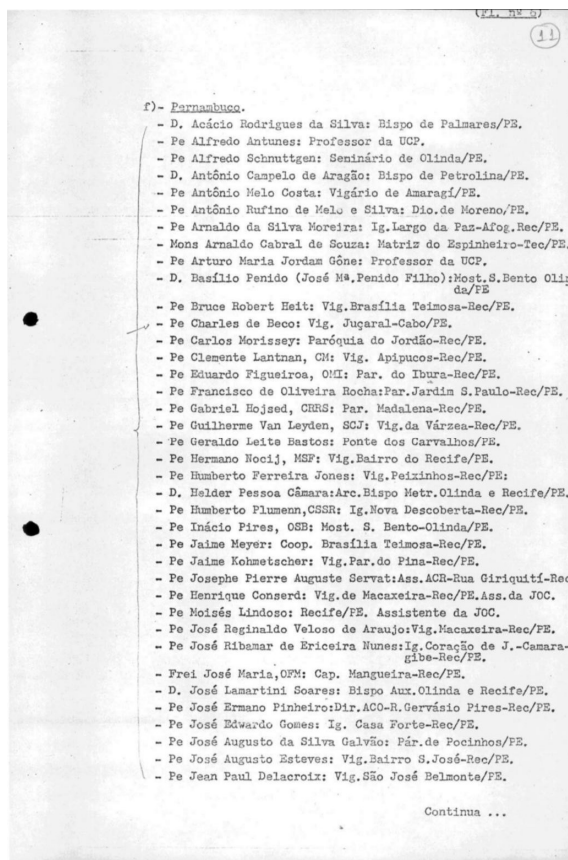
As representações de um prelado
(...)

Preciso é que se diga que o nosso Arcebispado compreende mais de cem paróquias, em tôdas elas tendo se realizado cerimônias litúrgicas, reverenciando a grande data da Cristandade, mas o “suspense” e a propaganda se detiveram, apenas, nas duas acima mencionadas, o que nos leva à conclusão lógica de que a máquina da nova religião dos progressistas está bem montada e funcionando com precisão. (*Diário de Pernambuco*, 23 abr. 1970. Primeiro caderno. p. 4).

Nessa matéria aparece pela primeira vez, relacionado às peças, o termo “religião dos progressistas”, referência da doutrina religiosa defendida por Dom Hélder Câmara e demais católicos que apoiavam uma Igreja combativa da desigualdade. Em dossiê sobre a Operação Esperança⁵², criado em 1973, que detalhava o que seria a Igreja Progressista, no Brasil e na América Latina, aparecem listas de organizações e líderes dessa Igreja Progressista, todos concentrados no Nordeste do Brasil. Dom Hélder é considerado um dos principais líderes, enquanto o padre Guilherme aparece como um dos líderes da Igreja Progressista em Pernambuco:

⁵² Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.102. 1973.

Figura IV – Publicação "Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo" (bispos e superiores religiosos do Nordeste); - "Operação Esperança" (Igreja Progressista do Nordeste).



Fonte: Arquivo Nacional

Em seguida, Morais descreveu o conteúdo das peças, seus vieses políticos e heréticos, apontando, inclusive, a desobediência habitual dos holandeses⁵³ as normas papais, ao referir-se aos padres da Matriz da Várzea que autorizaram a realização do espetáculo:

Na velha e tradicional Várzea, onde tantos episódios de fé e de patriotismo são registrados pela nossa história, a Igreja Matriz que, por sinal, abriga sacerdotes holandeses, vinculados à desobediência das normas papais, inscritas nas BUAS relativas à questão do celibato, num verdadeiro estado de QUASE-CISMA, abriu as suas portas na Sexta-Feira Santa, para apresentar um Cristo moderno, em traje esportivo, que, ao som de músicas profanas, foi afinal fuzilado, como se se quisesse rememorar, não a Cruz que haveria de redimir a humanidade, mas a rebelião aos próprios ensinamentos da caridade e fé cristãs.

Em Ponte dos Carvalhos, a mesma preocupação de enxovalhar o Manto de Jesus e de distorcer as lições da Bíblia e dos Evangelhos.

⁵³ Durante os anos 1960 e 1970 formaram-se na Holanda comunidades de base e paróquias críticas, ligadas ou não a uma comunidade religiosa, críticas da sociedade e das reformas da Igreja. Entre 1967 e 1970 essas comunidades se expandiram, devido aos conflitos entre o Vaticano e a Igreja holandesa, cujos membros estavam ignorando o celibato sacerdotal. Essas comunidades organizaram petições e demandaram a abolição da obrigatoriedade do celibato, demanda rejeitada pela Igreja de Roma (WINKELER, 2018).

Ali, a cena mais se parecia com um comício político, dêsesse muitos — estilo Camilo Tôrres, Comblim, ou Sexta-Feira 13 da Praça da República, — porquanto não houve a pregação do amor, da concórdia e da paz social, mas o inteligente incitamento à revolta, dentro das mais modernas técnicas da chamada guerra psicológica de infiltração.

Frases elaboradas com destinação certa, para um público de poucas letras, por certo visavam a produzir o efeito desejado, isto é, pré-disposição contra as instituições e estruturas da nossa sociedade, como se o governo brasileiro estivesse alheio aos problemas da imensa e laboriosa classe dos homens do campo.

Observemos como foram escolhidas duas representações, endereçadas a duas assistências diferentes.

Na Várzea, zona citadina, o desrespeito coreográfico, calcado em achincalhe ao Filho de Deus, em sue [sic] próprio templo, palco de acordes de boate e de ribombar de tiros. Assim era preciso, porque um espetáculo organizado para a mocidade indefesa de um grande centro urbano.

Em Ponte dos Carvalhos, zona rural, a exploração de uma temática revolucionária, em que os atores, à frente o Ordinário, demagógicamente descalço para causar melhor impressão, não se cansaram de protestar contra a fome de Biafra, mas não se lembraram de pedir a Jesus Cristo inspirasse os nossos dirigentes, no sentido de encontrarem as melhores e mais justas soluções para os problemas da coletividade (*Diário de Pernambuco*, 23 abr. 1970. Primeiro caderno. p. 4).

A referência a paz social no artigo faz referência a doutrina oficial da Igreja que se coloca como mediadora de conflitos sociais e combatente de ideologias que incentivem o conflito, como o comunismo. Além disso, a crítica de Moraes se ampara também na discordância ao protesto contra o regime, evidenciando que críticas contra a desigualdade são críticas injustas contra o governo brasileiro.

Moraes concluiu o artigo responsabilizando Dom Hélder Câmara, inspirador e coordenador dos eventos criticados, e afirmando que a autoridade do vaticano jamais poderia ser abalada pela crise promovida pela “nova Igreja progressista”:

Tudo isso está sendo representado nos pagos do atual arcebispo de Olinda e Recife, mediante a sua inspiração e coordenação, exatamente porque, como muito bem salientou o eminente sociólogo Gilberto Freyre, em recente entrevista concedida à revista VEJA, edição de 15 de abril de 1970, página 5, o referido prelado é “um excelente orador-ator com grande poder de persuasão através da televisão e pessoalmente”, mas “está desviado de sua verdadeira missão de sacerdote e demasiadamente comprometido com movimentos e aspirações políticas”.

Graças a Deus, a crise por que passa atualmente a Igreja Católica não abalou e jamais poderá abalar a autoridade e o prestígio do Vaticano. Temos um timoneiro equilibrado que, em Roma, sofre com todo êsse noticiário que lhe chega, referente aos “progressistas da nova Religião”. O papa Paulo VI reza humildemente em prol da paz e da prosperidade dos povos, pela Igreja unida e forte, pelo respeito aos princípios da hierarquia da Corporação Universal que dirige, pelo amor e fraternidade que devem existir entre todos os homens, condenando, assim, os movimentos que incitam a comunidade social à desordem e ao ódio.

Preferimos, portanto, as magníficas lições das Encíclicas aos arroubos demagógicos de certo clero, que troca a Cruz pela espada (*Diário de Pernambuco*, 23 abr. 1970. Primeiro caderno. p. 4).

O artigo de Orlando Moraes resume o contexto de oposição à liberdade de expressão e às críticas contra o regime, evidenciando o caráter autoritário não só do governo, mas também da imprensa. Além disso, dá um panorama sobre o pensamento dos grupos conservadores da Igreja, pois critica intensamente, em nome da hierarquia da Corporação Universal, a chamada Igreja progressista e seu desvio da missão cristianizadora em sua reflexão sobre a realidade social. Essa reflexão é interpretada como aspiração política e semeadora de conflitos sociais, combatidos pelo Vaticano em prol da paz.

O artigo *As representações de um prelado*, de Orlando de Moraes, foi fonte de um processo contra Dom Hélder Câmara em 1970, sendo um dos motivos alegados pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional ao Ministério da Justiça para a suspensão dos direitos políticos do arcebispo. Em outros documentos, vinculados ao arcebispo, as peças encenadas na Várzea e em Ponte dos Carvalhos também foram usadas como provas do envolvimento do arcebispo com atos subversivos.

3.4 Associação com D. Hélder

As peças foram amplamente associadas ao arcebispo, inicialmente considerando-lhe influência subversiva aos fiéis e posteriormente como um coordenador das ações subversivas. Em artigo nomeado *O Cristo Fuzilado* da revista *O Cruzeiro*, o jornalista David Nasser realizou em 1971 severas críticas ao arcebispo, afirmando, inclusive, que este havia assistido as encenações da Sexta-Feira Santa. Na lide do artigo está escrito:

O AUTOR DESCREVE A PAIXÃO ASSISTIDA POR D. HELDER NUMA IGREJA DE RECIFE. JESUS (REPRESENTADO POR UM PADRE) DE BLUSÃO VERMELHO E CALÇA FAR WEST. VIRGEM MARIA DE MINISSAIA CANTA UM BAIÃO. DOIS TOCADORES DE VIOLÃO. OS ESTUDANTES A GRITAR CONTRA A GUERRA DO VIETNÃ. E O POVO A ESBOFETEAR JESUS E A GRITAR: “— FUZILAI-O! FUZILAI-O!” (O Cristo Fuzilado. *O Cruzeiro*. 20 out. 1970. p.20).

Nesse artigo, Nasser confundiu as duas encenações e adornou os eventos com expressões e falas do arcebispo que não aconteceram, como o próprio autor indicou ao descrever um diálogo entre Hélder e os jovens, retirado de um texto do arcebispo, a que ele atribuiu sendo do prefácio escrito por Dom Hélder ao livro *A*

*Vocação do Homem*⁵⁴. Pelo que indica os periódicos pernambucanos pesquisados e os citados acima, a programação do arcebispo na Sexta-Feira Santa jamais incluiu as encenações realizadas na Várzea ou em Ponte dos Carvalhos.

Entretanto, não foi só na revista O Cruzeiro que Dom Hélder Câmara apareceu como um espectador das peças, como também em documentos do Serviço Nacional de Segurança e do Conselho de Segurança Nacional. No documento de exposição de motivos para a suspensão de direitos políticos encaminhado ao Ministério da Justiça, há a citação do artigo de Orlando Moraes, publicado no Diário de Pernambuco em abril de 1970. Todavia essa citação incluiu a presença de Dom Hélder em Ponte dos Carvalhos, o que não ocorre no artigo original, já citado no capítulo anterior:

Em PONTE DOS CARVALHOS, onde D. HELDER se fêz presente, houve a mesma preocupação de enxovalhar o — Manto de Jesus e de distorcer as lições da Bíblia e dos Evangelhos. Ali parecia mais Um comício político, porquanto não houve pregação do amor, da concórdia e da paz social, dentro das mais modernas técnicas da chamada guerra psicológica de infiltração.

Aquilo que poderia se chamar de escândalo da VÁRZEA e PONTE DOS CARVALHOS, foi organizado e executado - pelos respectivos curas, com a conivência do atual Arcebispo de OLINDA e RECIFE, tendo inclusive sua — inspiração. Foram dois espetáculos bem diferentes, em sua essência, do que foi assistido há quase 20 séculos em JERUSALÉM (Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. BR DFANBSB N8.0.PRO, CSS.742. Brasília).

Nesse dossiê são referenciados o *Diário de Pernambuco* e o *Diário da Noite*, mas em nenhum dos periódicos citados há a menção que Dom Hélder estava no público das encenações. Ao contrário, há artigos que indicam que, enquanto ocorriam os espetáculos, Hélder estava participando de outros eventos, como a procissão do Senhor Morto nas ruas do Recife⁵⁵.

Esse vínculo das peças com Hélder fez com que as atenções se voltassem para o Grupão da Várzea. Embora nenhum jornal cite os integrantes do Grupão envolvidos no evento da Sexta-feira Santa, exceto o padre Guilherme e Marcos Ferreira, citado como diretor da peça, há a menção de outros integrantes em documento do Serviço Nacional de Informações. Esse documento não foi localizado, mas seu resumo foi encontrado entre um documento que listava os arquivos liberados para a destruição em 1986⁵⁶. Com informações incompletas, ele insere os

⁵⁴ O Cruzeiro, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁵ Bagunça oficializada. *Jornal do Commercio*. 5 de abr. 1970. Caderno 1.

⁵⁶ Arquivo Nacional. Fundo Sistema Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.157. 1981.

nomes de integrantes do grupo e de envolvidos com as peças, como Dom Hélder. Posteriormente aparecem as funções desses personagens, embora com os nomes ocultos, como pode-se observar na imagem:

Figura V – Relatório discriminado de documentos (ACE) destruídos (D Menos - 2a fase), correspondendo ao termo de destruição n. 72/81. Documentos datados de 1969 e 1970. Página sobre a Semana Santa de Pernambuco e a deturpação de cerimônia religiosa.

```

ACE013451070 DOCUMENT=      6 OF      20      PAGE =      1 OF      2
AND =
ANCH =
APL = 013451 ✓
DIA =
DIAN =
RES =
RESI =
TIPO = INFAD
VALID =

IDENTIFIC INFAD 000139 70 ARE P AC 00 00 00
MIC ACE A0134510 70 PRG A006A31
ASSUPTO SEMANA SANTA IGREJAS PE
REFERENCIA
ANEXO AC P33/70
NOME WELDER CAMARA. ***** 000001
MARCOS FERREIRA DA SILVA SOBRINHO. ***** 000002
GERVALDO VIEIRA MEIVA. ***** 000003
EGITO. ***** 000004
ZSCA. ***** 000005
ACE013451070 DOCUMENT=
LOURIVALDO. ***** 000006
JOAO BATISTA. ***** 000007
GUILHERME VAN. ***** 000008
GERALDO LEITE. ***** 000009
JOSE MARIA. ***** 000010
ROMARIO DE OLIVEIRA. ***** 000011
OUTRAS INF
SEG. LNAS ANS PAIRME PROFISS ATUAIA IPL PPL FIN OCUPACAO LTRABALHO CA
0001 .... +M ..... RELIGIO IGREJ ..... ANCEBISP PE.....
0002 .... +M ..... ESTUDAN ..... MEDICINA FAC. PE.....
0003 .... +M ..... ESTUDAN ..... ENGENHAR FAC. PE.....
0008 .... +M ..... RELIGIO ..... PADRE..... PE.....
0009 .... +M ..... RELIGIO ..... PADRE..... PE.....
0010 .... +M ..... RELIGIO ..... SEMINARI PE.....
0011 .... +M ..... ESTUDAN ..... RE.....
INDEKACAO DE TUPACAO CERIMONIA RELIGIOSA IGREJA PE 16
END OF DOCUMENT

*****
* REVALIDACAO DA MASSA "D MENIS" - 2-A FASE
*
* O PRESENTE I SER DESTRUIDO I I
* I I I
* I *****
* ACE DEVERA I PERMANECER NO BO/AC I I
* I I POR MAIS ANOS. I I
* *****
* RUBRICA E NOME LEGIVEL DO CH SECAD
*
*
* RUBRICA CH-SE-16
*****

```

Fonte: Arquivo Nacional

A partir desse documento infere-se que houve algum levantamento investigativo do Grupão da Várzea, embora não tenha sido encontrado nenhum inquérito ou prontuário dos jovens que formaram o grupo.

A ausência de inquérito, no entanto, não representa a ausência de vigilância e repressão. O próximo capítulo reflete a experiência do Grupão e, especificamente, de Marcos Ferreira, como vítimas do regime.

4. Memória da repressão e da vigilância do período ditatorial na obra de Marcos Ferreira

4.1 Estruturas da vigilância e repressão

As estruturas de vigilância e repressão foram construídas durante os primeiros anos do regime militar, adaptando antigas estruturas e centralizando seus poderes e ações e criando novos poderes que amputaram o Estado de direito. Desde o Comando Supremo da Revolução, junta militar comandada pelo general Costa e Silva, o regime instaurou estruturas repressivas. Com o primeiro Ato Institucional decretado, conhecido por AI-1, por exemplo, o poder judiciário se estendeu ao poder executivo, legando ao presidente instituído pelos militares a função de punir os rebeldes. Além disso, o Comando também criou os Inquéritos Policiais Militares (IPM) para entregar aos chefes militares o poder de investigar e condenar civis, permitindo a caça às bruxas contra os opositores da ditadura, a cassação de mandatos legislativos e a suspensão de direitos políticos de civis.⁵⁷

O presidente Humberto de Alencar Castello Branco, que por muito tempo foi interpretado pela historiografia como um militar da ala moderada, aprofundou a repressão política iniciada pelo Comando Supremo da Revolução quando assinou a nova Lei de Segurança Nacional⁵⁸ e instalou o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão subordinado ao presidente, cuja função era a de coordenar, nacionalmente, as atividades de informação em prol da Segurança Nacional.⁵⁹ O SNI, no entanto, não foi mais uma criação que adaptação de outros serviços de informação e inteligência nacionais, como o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFCI), criado no governo Kubitschek e vinculado ao Conselho de Segurança Nacional.⁶⁰

No governo do presidente Artur da Costa e Silva o SNI foi fortalecido para agir com mais agressividade contra a oposição, especialmente contra os grupos de militância armada. Em 1967 foram criadas novas divisões do serviço, as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), inseridas em todos os ministérios, e as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), instaladas nas demais instituições

⁵⁷ FICO, 2001, p. 38.

⁵⁸ FICO. *op. cit.*.

⁵⁹ GOMES, 2014.

⁶⁰ FICO. *op. cit.*, p. 40.

públicas, intensificando sua influência sobre o governo e a administração pública. Todavia foi estruturado, entre 1968 e 1969, um serviço de informações muito mais rígido e presente fora das instituições governamentais. Instituído em 1970, o Sistema Nacional de Informações — o SISNI — surgiu como órgão centralizador e controlador das informações, em nível institucional e pessoal, atuando como órgão de espionagem que combateria os inimigos do regime a partir de informações da vida política e privada⁶¹. O SISNI foi o órgão pioneiro para a formação da chamada “comunidade de informações”, um grande conjunto de órgãos de informações constituídos de militares, civis e de voluntários por todo o Brasil.⁶²

Para utilizar as informações coletadas pela comunidade de informações, os militares criaram o Sistema de Segurança Interna do País (SISSEGIN), responsável por produzir inquéritos de crimes políticos. O SISSEGIN foi a consolidação da repressão legalizada pelo Ato Institucional Número 5 que suspendeu as garantias aportadas no direito individual.⁶³

Para os militares, não bastava conhecer os “defeitos” da sociedade, era preciso corrigi-los. Esse era o princípio do Sissegín: extirpar o “inimigo”. As condições para a formação do sistema deram-se gradativamente desde o golpe e a sua concretização aconteceu à medida que a “linha dura” fortalecia sua contumaz pressão por maior rigor punitivo. (GOMES, 2014)

O agravamento da repressão resultou na formação do Sistema DOI-CODI, em 1970. O DOI-CODI era o sistema da polícia política dos militares, constituído do Codi — os Centros de Operações de Defesa Interna —, que articulava as medidas de defesa interna, e do DOI — Destacamento de Operações Internas — responsável por executar tais medidas. Tanto o SISSEGIN quanto o DOI-CODI foram instaurados pelo Conselho de Segurança Nacional através de diretrizes sigilosas, estando autorizados a agir ilegalmente pela alta hierarquia do regime militar.⁶⁴ O DOI-CODI era ligado às polícias políticas dos estados, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) que levantava informações, constituía prontuários funcionais e individuais e iniciava inquéritos policiais. O sistema DOI-CODI foi o mais agressivo da ditadura, atuando sobre as funções anteriormente policiais, e utilizando de métodos de violência e tortura entre os presos políticos.⁶⁵

⁶¹ As informações que classificariam um indivíduo como suspeito de subversão poderiam ser relacionadas à relacionamentos amorosos e à sexualidade. Ver mais em FICO. *op. cit.*

⁶² GOMES, *op. cit.*. 2014.

⁶³ FICO. *op. cit.*, p. 113.

⁶⁴ FICO. *op. cit.*, p. 115.

⁶⁵ GOMES, *op. cit.*. 2014.

Combinando estratégias legais e ilegais, a ditadura militar brasileira construiu um sistema repressivo baseado no terror, com a promoção de violência física e violência simbólica. A definição ideológica do inimigo pelos militares, que expressava o embate entre o "eu" e o "outro" ou o bem contra o mal, permitiu a desumanização dos opositores do regime. O combate ao inimigo se fazia pela lógica da *tradição inquisitorial* que atuava na prevenção de crimes políticos, com a vigilância e investigação de possíveis agentes subversivos.⁶⁶

Essas estratégias constituíram uma cultura do medo sobre a sociedade que disseminava a insegurança de ser percebido como inimigo, o que levou aos brasileiros a viverem em "estado de alerta" indutor de passividade e de controle social. A cultura do medo, eficaz para a manutenção de regimes autoritários, promoveu a interiorização dos valores do regime pelos indivíduos e o temor por qualquer distinção desses valores que poderia colocar um alvo da repressão sob si.⁶⁷

As estruturas de repressão e as de vigilância dependiam umas das outras para existirem na perpetuação da cultura do medo. O uso da informação para a acusação de atividades subversivas era amplamente realizado pelos órgãos repressivos, assim como a coleta de informações promovia a manutenção da vigilância, quando uma ação dita subversiva justificava a obtenção de mais informações pelos órgãos.⁶⁸ Dessa forma, as ações do regime eram realizadas sob a lógica da suspeição com a busca de possíveis agentes subversivos em toda a sociedade brasileira e por meio de instrumentos legais abusivos ou clandestinos.

⁶⁶ "Durante esses regimes, as forças policiais exerceram suas atividades orientadas por uma ambigüidade, agiram ao mesmo tempo preventivamente, atuando sobre comportamentos futuros, vigiando a população e objetivando, mediante métodos disciplinares – como a ortodoxia terrorista – normatizar a sociedade e, ao mesmo tempo, agiram repressivamente, empregando técnicas investigatórias orientadas por princípios acusatórios, ou seja, primeiro encontrava-se o "inimigo", "subversivo", depois se obtinha dele a confissão, através de métodos lícitos e ilícitos e, somente então, realiza-se uma investigação formal" (BAUER, 2011, p. 69).

⁶⁷ BAUER, *op. cit.*.

⁶⁸ "A construção dessa teia de informações possibilitava a polícia política estabelecer um perfil do sujeito e/ou grupo mantido sob a vigilância, como também servia de legitimação para as atuações de repressão policiaisca. Percebendo que, o nome de Dom Hélder Câmara, distribuído na documentação policial servia tanto para manter o arcebispo sob uma lógica da vigilância, como também para incriminar ou pelo menos corroborar com o discurso de periculosidade daqueles que se envolviam com o religioso ou em ações de cunho social" (MORAES, 2019, p. 592).

4.2 Memória da ditadura na obra de Marcos Ferreira

Em alguns momentos do livro *Várzea – lembranças de um tempo que se foi*, Marcos Ferreira conta como ele e seus amigos sentiram-se vigiados e atrapalhados pelo regime militar. Como quando ele relata que, após evento promovido com Dom Hélder, os jovens foram alvos de espionagem em seus encontros informais na frente da Matriz da Várzea. Outro relato que Marcos Ferreira trouxe no livro é de quando o Grupão gravou uma apresentação de *Morte e Vida Severina* na TV Universitária, cuja transmissão teria sido atrasada por causa dos censores que suspeitavam que o Grupão da Várzea era um grupo de militância comunista.

Esses relatos não tiveram aportes documentais suficientes para confirmar se havia ou não militares no encalço dos jovens do Grupão. Todavia há diversos motivos para a constituição de temor e de certeza sobre a vigilância ditatorial que Marcos Ferreira relata em seu livro.

Em primeiro lugar, Marcos Ferreira utilizou como fontes constituidoras de suas narrativas diversos periódicos que noticiaram e criticaram as ações do Grupão na Semana Santa de 1970. As críticas foram relacionadas ao desrespeito com as escrituras, mas também ao envolvimento de assuntos políticos com a Igreja, tratado como uma séria transgressão. A associação dessas ações com o arcebispo Dom Hélder, massivamente criticado na mídia e intensamente vigiado pelos militares, também contribuiu para a percepção de que viraram alvos do regime.

No relato sobre a conferência realizada com Dom Hélder, Marcos Ferreira contou que moradores da comunidade alertaram aos jovens uma estranha movimentação de pessoas e carros desconhecidos. Depois disso, os jovens observaram um casal de desconhecidos estacionando várias vezes o carro próximo ao local onde os jovens se encontravam após as missas e Marcos Ferreira afirmou ter confirmado mais tarde que eram militares observando o seu grupo. Mais uma vez, não foi possível confirmar entre os documentos da ditadura quaisquer relatórios ou dossiês que provem a vigilância realizada sobre os jovens do Grupão da Várzea. Todavia, comprovadamente, os militares seguiam os passos de Dom Hélder, constituindo grandes dossiês sobre suas ações e palavras.

Discutindo a vigilância sobre Dom Hélder e a constituição de seus prontuários, Márcio Moraes (2019) levanta as “redes de vigilância” formais e informais existentes no DOPS-PE para observar a vigilância e repressão política dos

militares sobre Dom Helder. Além de notícias jornalísticas veiculadas no Brasil e no exterior, havia a formação de uma teia de informações com diversas instâncias sociais envolvidas, como por exemplo o provável levantamento de informações pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) para a Agência de Segurança e Informação (ASI), como demonstra um documento encontrado por Moraes no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.⁶⁹

O relato sobre o casal de espões também encontra aporte na documentação do regime, que utilizou de informações ilegais e de investigação sem inquéritos para constituir dossiês:

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam em tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise das informações coletadas. Os agentes não utilizavam fardas ou carros oficiais, mesmo os militares eram instruídos a deixar de lado os elementos distintivos que os caracterizavam. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos, como telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção de rede elétrica. Operavam frequentemente além da fronteira da legalidade, desrespeitando a legalidade da legislação autoritária erigida pelo próprio regime. Importante dizer que os métodos violentos nunca foram aberta e publicamente defendidos pela hierarquia militar, mais empregados de forma ampla, com o aval e sob direção da alta cúpula. (JOFFILY, 2014 apud MORAES, 2019, p. 591-592.)

Nesse sentido, embora sem confirmação de prontuários, inquéritos ou relatórios dos arquivos até então pesquisados, a percepção de vigilância dos jovens do Grupão está relacionada às ações de espionagem e investigação ilegais da ditadura militar.

Além desses relatos, há o controle sobre as artes a que teve que ser submetido o Grupão da Várzea. Ainda que Marcos Ferreira não tenha trazido outras peças e eventos organizados pelo grupo, a atuação artística dos jovens se estendeu pela década de 1970 e também constituiu elementos de memória sobre a vigilância e repressão promovida pelos militares. Um documento da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)⁷⁰ mostra o requerimento que Marcos Ferreira fez, em 1972, para a aprovação pelos censores da liberação da encenação da peça *Canudos*, mencionada rapidamente por Marcos Ferreira em seu livro, quando ele

⁶⁹ MORAES, *op. cit.*, 591.

⁷⁰ Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas - BR DFANBSB NS BR DFANBSB NS.CPR.TEA, PTE.234. 1986.

contou que conheceu o ator da peça, Jose Bezerra Filho, quando o Grupão foi apresentar *Morte e Vida Severina* em Goiana, zona da mata pernambucana.

O prólogo da peça não foi liberado pela DCDP devido aos palavrões nele contidos. Após cortes, o departamento liberou a peça para maiores de 14 anos, mas apenas após conferência do conteúdo da peça encenada no ensaio geral do grupo:

Figura VI – Certificado da Divisão de Censura das Diversões Públicas autorizando a encenação da peça Canudos, condicionada ao exame do ensaio geral

M.J.-D.P.F.
CERTIFICADO D. D.C.D.P.

Certifico constar do livro nº 02 folha nº 70, de registro de peças teatrais, o assentamento da peça intitulada "CANUDOS"

Original de JOSE BEZERRA FILHO
Tradução de _____
Adaptação de _____
Produção de GRUPÃO - VÁRZEA - PE

Tendo sido censurada em 4 de SETEMBRO de 19 72 e recebido a seguinte classificação: PROIBIDO PARA MENORES DE QUATORZE (14) ANOS, COM CORTES ASSINALADOS AS FLS. 5 e 6/// CONDICIONADO AO EXAME DO ENSAIO GERAL/// O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TERÁ VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DO SCRIPT DEVIDAMENTE CARIMBADO PELA DCDP.

Brasília, 06 de SETEMBRO de 19 72

BR DFANBSB NS.CPR.TEA.PTE. 0034 p.71

HUGO FOLCA DA SILVA MG/
Chefe do Serviço de Censura

Stamp: **COM CORTES**

Fonte: Arquivo Nacional

A vigilância, a constituição de dossiês e o controle sobre as informações e diversões públicas são inibidores de ações contestadoras. No caso do Grupão da Várzea, a repreensão advinda da mídia impressa das peças que retrataram a Paixão de Cristo, propondo críticas ao mundo contemporâneo, à violência e a passividade, críticas aportadas também nas escrituras, parece ter contribuído para a formação da memória de Marcos Ferreira como uma vítima do regime militar.

Essa autopercepção de Ferreira como vítima, no entanto, aparece no testemunho de Ferreira como algo incoerente, visto que nem ele nem seus companheiros do Grupão tinham atuação e pretensão políticas.

4.3 Memória coletiva da ditadura

Na crônica "A Conferência de Dom Hélder", Marcos Ferreira nos orienta para as muitas possibilidades de análise do seu livro, especificamente, de compreensão

de suas memórias do período militar e, mais amplamente, das fontes constituidoras da memória coletiva a respeito da ditadura civil-militar brasileira. A priori o aspecto que salta aos olhos é a identificação introdutória de Marcos Ferreira no capítulo:

Nós do Grupão da Várzea jamais fomos militantes políticos, mas naqueles anos era impossível viver no Brasil sem sentir os reflexos da ditadura militar. Ela intervinha diretamente no percurso de nossas vidas e por mais que nos esquivássemos, volta e meia, lá estava aquela serpente peçonhenta cruzando nosso caminho. (FERREIRA, *op. cit.*, p. 323).

É assim que o autor expressa sua experiência sobre um regime que intervinha não apenas nas ações de militantes políticos engajados em partidos, sindicatos e organizações, grupos de destaque nos estudos e na memória sobre a resistência e contestação à ditadura, como também intervinha na vida de jovens sem pretensões políticas e correntes ideológicas definidas que reuniam-se para debater futebol, cotidiano, música e, naturalmente pela associação com a Igreja Matriz da Várzea e seu pároco, religião.

Essa expressão é importante na narrativa de Marcos Ferreira por anteceder a conclusão do autor de que o grupo estava sob vigilância e que mesmo sem nenhum envolvimento com atividades ilícitas ou partidárias, a serpente cruzava o caminho dos jovens. Nesse sentido, como os demais perseguidos políticos, os jovens do bairro da Várzea teriam sido também vítimas do regime e de seus instrumentos repressivos, embora vítimas distintas dos presos, desaparecidos e torturados.

É logo nas primeiras páginas que o autor também esclarece que, em contraste com os “grupos de oposição mais extremistas [que] desistiram de combater o governo por meio de palavras e resolveram organizar movimentos guerrilheiros na tentativa de tirar os militares do poder pela força das armas. Nós éramos pela paz” (FERREIRA, *op. cit.*, p. 326). Esse e o trecho citado anteriormente revelam um contraste entre não-militantes e grupos de oposição que teriam desistido de contestar o regime com palavras e escalaram para a oposição armada, sendo os últimos os alvos “corretos” da repressão militar.

Nesse sentido, o relato de Marcos Ferreira relaciona-se à construção da memória da ditadura pautada na “ideologia da reconciliação” e suas nefastas consequências no reconhecimento do autoritarismo como ofensa à sociedade em que se impõe. O conceito de “ideologia da reconciliação”, criado por Ricard Vinyes, e discutido por Caroline Bauer a partir do panorama brasileiro de constituição da

memória sobre a ditadura militar, explica o fenômeno de apagamento dos traumas da sociedade após um período de autoritarismo, como no caso do Brasil no período de transição política em finais da década de 1970. Como aponta Caroline Bauer (2011), a reconciliação da sociedade brasileira com o Estado e com seu passado teria sido construída a partir da superação forçada dos traumas, sem confrontá-los e refleti-los e tratando-lhes como página virada da história, especialmente a partir da promulgação da lei nº 6.683, conhecida como Lei da Anistia, que concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos, como agentes do Estado ou militantes políticos (condenados pelos agentes criminosos), entre 1961 e 1979.

A Lei da Anistia irrompeu como a solução para o conflito instalado na sociedade equiparando os agentes responsáveis pelo trauma do Estado de terrorismo, implantado com o regime militar, à sociedade que vivenciou o trauma como elemento silenciado, violentado e perseguido. Nas décadas posteriores, o sentido reconciliador foi perpetrado pelas políticas de reparação constituídas desde a década de 1990 que, apesar de reconhecer o Estado como responsável pelas mortes e crimes ocorridos durante o governo militar, suprimiam as possibilidades de responsabilização direta aos agentes terroristas do Estado, com a identificação e punição desses agentes.

Esse é o caso da lei nº 9.140, aprovada em 1995, que em seu primeiro artigo reconhece o assassinato das pessoas desaparecidas após detenção por agentes públicos, entre 1961 e 1988, e prevê indenização aos seus familiares em seu décimo artigo. Todavia o segundo artigo da lei destaca a orientação da lei “pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia”. Como analisa Caroline Bauer (2011, p. 317-318), com a lei nº 9.140, o Estado se responsabilizou pelas vítimas de assassinato do regime militar — vítimas essas individualizadas, visto a política de reparação voltada para suas famílias —, enquanto não tomou posição como responsável pelo trauma social coletivo como deveria: investigando as circunstâncias, os responsáveis diretos e indiretos pelos crimes ocorridos para a divulgação ampla à sociedade, ainda às escuras das ações de terrorismo do Estado, e rompendo declaradamente com o regime, explicitando a inadmissão de governos autoritários e o não-perdão das práticas de violações de direitos humanos ainda praticadas no pós-ditadura.

Essa análise realizada pela historiadora elucida a constituição narrativa de Marcos Ferreira em destacar a presença peçonhenta da ditadura no cotidiano de jovens que não foram reconhecidos como vítimas do Estado, mas que sentiram os impactos das políticas de terror instauradas pelo regime militar. A falta de reconhecimento advinda da ausência de políticas de memória responsáveis por enfrentar o papel do Estado no silenciamento e no medo, infringido à sociedade, de manifestar-se, fez com que a memória da resistência da ditadura se limitasse às vítimas de crimes cometidos pelos militares, enquanto grupos como o Grupão, cerceados indiretamente pelo regime, são excluídos da esfera de vítima e resistência da ditadura.

Quando consideramos a memória oficial como decisões e narrativas do Estado, observadas nas leis promulgadas e defendidas pelo Estado em diversos momentos da redemocratização, quanto ao passado ditatorial, observamos a vitimização e heroicização dos militantes desaparecidos e torturados e o apagamento dos indivíduos e esferas estatais responsáveis pelos atos. Além disso, quem não integra tais grupos não tem direito a reparação oferecida às chamadas vítimas, assim como não tem direito à informação sobre o período, aos documentos e ao reconhecimento da culpabilização do Estado sobre o terror infligido à sociedade, silenciada e vigiada.

O livro *Várzea – Lembranças de um tempo que se foi*, foi publicado no ano seguinte à instalação da Comissão Nacional da Verdade, momento que marcou a elevação das batalhas de memória do período ditatorial à esfera pública. A análise da criação da CNV e os debates suscitados por ela, especialmente no Congresso Nacional, promovida por Caroline Bauer (2017), traz uma excelente perspectiva a respeito da cultura histórica do período militar constituída desde os anos 1970, com as concessões oferecidas pelos militares em torno da ideia de abertura política lenta e gradual, e ratificada repetidamente no período democrático com as políticas de memórias individuais promovidas pelos governos brasileiros, como a lei nº 9.140.

A análise de Bauer (2017) dos diferentes discursos realizados no debate sobre a instalação da CNV na câmara dos deputados destacam as argumentações mais frequentes entre os deputados contrários ou favoráveis à comissão. O que marca a diferença entre os dois grupos é o trato com as vítimas do regime e com o direito à memória, pois os discursos favoráveis à comissão ressaltam o direito dos

brasileiros à memória e ao conhecimento da Verdade dos fatos ocorridos durante a ditadura, direito necessário à legitimação das vítimas do regime; e o aspecto pedagógico de conhecer o passado, encerrado, para que acontecimentos similares não se repitam no futuro; enquanto os discursos contrários motivam o fim dos debates acerca do regime para evitar o reemergência de conflitos que teriam se encerrados com a Lei da Anistia e a redemocratização.

Todavia, os dois grupos se alinham na perspectiva de que a ditadura militar ficou no passado e que, portanto, suas tensões e conflitos também. Tal perspectiva é vinculada à experiência de tempo dos vencedores que toma a História como acontecimentos lineares e períodos distintos separados por suas descontinuidades, desconsiderando a experiência de tempo dos vencidos. Quando os setores da sociedade que apoiavam a comissão, preocupados com o acirramento das relações, teoricamente democráticas, com as Forças Armadas, argumentavam que a CNV não pretendia recriar revanchismos do passado e que, portanto, as políticas de memória estavam voltadas ao reconhecimento e reparação das vítimas de crimes políticos estatais, sem violar a Lei da Anistia.⁷¹

A CNV foi constituída, portanto, como uma política de memória voltada para as vítimas do regime no sentido mais objetivo: reconhecer as violências perpetradas pelo Estado contra presos e desaparecidos políticos, especialmente através de reparações financeiras às famílias, enquanto assume uma ruptura entre o regime militar e democrático que tornaria imprópria a punição dos agentes criminosos do estado de exceção. A narrativa histórica mobilizada pela sociedade durante a instalação da CNV que assume a existência dessa ruptura desconsidera a diferença entre o tempo dos vencedores, coeso com o tempo linear da história, e o tempo dos vencidos que, a partir do silenciamento e dos traumas, é dissociado dos acontecimentos e da linearidade temporal da história, se estendendo ao longo do tempo, enquanto o trauma permanece subterrâneo e não-elaborado socialmente.

Além da problemática da experiência passada pelos vencedores e a experiência presente dos vencidos, Caroline Bauer (*op. cit.*, p. 152) identifica a dicotomização narrativa entre dois lados violentos, do Estado e dos militantes, ou entre a luta do bem, governo militar, contra o mal, militância armada. Tal dicotomização é passível de ser reconhecida no debate de instalação da CNV no

⁷¹ BAUER, 2017, p. 160-162.

congresso, assim como nas narrativas dos militares iniciadas desde a implantação do golpe, legitimado no contexto da década de 1960 como uma contrarrevolução necessária à pacificação e moralização do país.

As características essenciais dessa cultura histórica reafirmada pelo relatório da CNV e pelas demais políticas de memória individuais instaladas no país dão conta de explicar a experiência relatada por Marcos Ferreira como exceção ao que seria regra: vigilância sobre os guerrilheiros. E é essa cultura histórica que não reconhece que, como sociedade, "naqueles anos era impossível viver no Brasil sem sentir os reflexos da ditadura militar" (FERREIRA, *op. cit.*, p. 323) e por consequência vivenciá-la através do trauma da violência do Estado com suas instituições e condutas viciadas mesmo após a destituição do último governo militar.

A experiência de Marcos Ferreira se inscreve na experiência coletiva sofrida durante e após o regime militar que não é reconhecida pelas políticas de reparação do Estado brasileiro. A Ideologia da Reconciliação que norteou a Justiça de Transição e as políticas de memória do Estado, em conjunto com a ampla difusão da ideia de dicotomia e contrarrevolução criada pelos militares, constitui a cultura histórica do regime militar e a memória coletiva influída por essa.

As crônicas de Marcos Ferreira sobre a ditadura e sua atuação cultural do período marca, dentre as demais crônicas de valorização local e de rememoração de personalidades que o autor julga necessário, a autovalorização de Marcos como atuante político, social e cultural em um período de disseminação de medo promovida pelo Estado.

CONCLUSÃO

O Grupão da Várzea atuou, socialmente e culturalmente, sob um período de repressão e vigilância que provocava temor dos jovens no exercício da liberdade de pensamento e de expressão, ao mesmo tempo em que disseminavam-se intensamente, nas artes, na política e na Igreja, ideias e teologias progressistas que pregavam o combate à desigualdade e a emancipação dos pobres. Essas ideias são produtoras e produtos de uma era de mal-estar com os aspectos fundamentais da sociedade moderna, que se entrelaçam, em movimento chamado por Lowy e Sayre de Romantismo, na busca por valores pré-modernos e na construção de utopias de um futuro que retome esses valores, combinados aos ideais de liberdade modernos.

A constituição dessas ideias na Igreja e no teatro são centrais para o entendimento das ações do Grupão da Várzea. Em primeiro lugar porque o grupo de jovens foi oriundo e se organizou em torno da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Várzea, lugar onde realizaram debates, conversas e expressões artísticas relacionadas à realidade política e cultural do país. Foi a relação desses jovens com os padres da igreja, especialmente com seu pároco Guilherme, que possibilitou, por exemplo, a percepção de perseguição política de D. Hélder pelos militares. Em segundo lugar, o grupo estava vivenciando o cenário artístico brasileiro que, em todas as frentes, no teatro, cinema, etc, promovia a busca por um povo brasileiro representativo da cultura ou dos aspectos sociais do país. Nesse contexto, parte da Igreja e dos artistas, encontraram no mundo rural o referencial dos anseios e da nostalgia de seu pensamento romântico.

A peça Morte e Vida Severina sintetizou, à época, esse pensamento, sendo instrumentalizada também como material pedagógico que possibilitava a disseminação do potencial revolucionário do mundo rural e do retirante, vítima da desigualdade social e do latifúndio, e como crítica a realidade social e política brasileira, mantenedora do sofrimento das classes pobres. A produção da peça pelo Grupão, com a subjacente produção do jogral que referenciava Jesus como um retirante, e a popularização do grupo após sua produção, refletem a cristalização desse ideário de valorização do popular, especialmente do sertanejo, no cenário artístico local e nacional.

Todavia, foi o espetáculo da paixão de Cristo que veiculou o nome do Grupão da Várzea nacionalmente, como exemplo da heresia da Igreja *helderiana*, e o nome

dos jovens integrantes do Grupão foram parar em documentos sigilosos dos militares. A peça, que retratava a vida e morte de Cristo no contexto dos anos 1960 e 1970, realizou a inserção de temáticas modernas no evangelho. Cristo, em vez de ser condenado por blasfêmia, foi condenado por subversão, por discutir e criticar problemas sociais, como a fome e a guerra; em vez de ser condenado à morte por crucificação, foi condenado à morte por fuzilamento; em vez de ser condenado por Pilatos, o Cristo da Várzea foi condenado por um oficial militar. As alterações do evangelho já poderiam ser alvos de críticas sem a participação do padre Guilherme na encenação, mas sua atuação enquanto ator que interpretava o Cristo subversivo gerou severas críticas contra a permissividade e má influência da hierarquia católica, especialmente do arcebispado de Dom Hélder.

Dom Hélder, vítima de monitoramento por parte da ditadura, teve seu nome associado ao Grupão da Várzea e ao espetáculo encenado, não só pela imprensa, mas também pelos próprios militares, que incluíram o evento em dossiês sobre a atuação subversiva do arcebispo.

A polêmica em torno dessa peça, de sua ligação com o arcebispo e da difamação contra o religioso nos jornais parecem ter sido fundamentais à constituição da memória de Marcos Ferreira sobre o período. Em seu livro memorialístico, os últimos capítulos são referentes à memórias da juventude do autor e suas narrações são compostas por diversas referências à imprensa, especialmente o capítulo que narra o espetáculo da paixão, compilando diversas matérias de jornais que mencionaram o grupo. Essas referências se dão com, por exemplo, uma matéria sobre a perseguição política contra D. Hélder, explicitada como motivação para o convite ao arcebispo para a realização de uma conferência no bairro da Várzea, ou com a notícia-protesto do Jornal do Brasil após a decretação do AI-5, que teria promovido uma discussão sobre a ditadura entre os jovens. O fato é que, apesar de não ser possível afirmar a exatidão dessas memórias ou a própria ocorrência dos eventos, visto que a fonte não é apenas memorialística como também é cronista, a imprensa teve um papel fundamental na constituição da memória do período de Marcos Ferreira.

A memória, constituída pelas diversas experiências, internas ou externas aos indivíduos, e pelas diversas temporalidades, é um objeto sensível ao historiador que oferece pistas acerca da constituição da memória coletiva e da própria

instrumentalização da história nessa constituição. Nesse sentido, a memória de Marcos Ferreira está aportada nas diversas experiências e temporalidades do autor, especialmente nas experiências que levaram à escrita e publicação de seu livro.

O livro *Várzea – lembrança de um tempo que se foi* tem a intenção de preservar as memórias de um bairro e de uma comunidade em transformação. Os temas que recordam personagens e suas histórias são homenagens que buscam a perpetuação da memória de Marcos sobre elas. Já a narração das memórias da juventude de Marcos se inscrevem também no contexto de disseminação de memórias sobre a ditadura militar impulsionadas pelos debates em torno da instalação da Comissão Nacional da Verdade e das memórias levantadas durante a comissão.

A reflexão sobre a constituição da memória oficial sobre a ditadura, desde a Lei da Anistia à Comissão Nacional da Verdade, é essencial para o entendimento da experiência de Marcos e dos brasileiros no trato com suas memórias da ditadura. A CNV centrou seus trabalhos na investigação e reparação das vítimas diretas dos militares, pessoas que foram presas ou mortas pela ditadura, ignorando a reparação de todas as vítimas que tiveram suas vidas expostas, foram vigiadas, ilegalmente, ou tiveram sua atuação artística, política ou social cerceada pelo regime repressivo, de controle social sob o próprio pensamento. Em seu livro Marcos Ferreira compreende-se como vítima da ditadura, enquanto afirma não ser alvo do regime, por não ter se envolvido na militância política durante o período. O problema da memória coletiva sobre a ditadura foi justamente ter considerado um grupo específico de pessoas como alvo dos ditadores, enquanto o alvo era a sociedade brasileira no geral.

É por isso que a reflexão sobre o caráter da atuação do Grupão, como também do caráter da memória de Marcos Ferreira tem importância na percepção não só de quem seriam os alvos da repressão do regime e da imprensa conservadora, como também da atuação de grupos e indivíduos sem objetivos políticos e ideologias específicas que criticavam o regime em um período de intensa repressão sobre a oposição. A escrita de suas memórias sobre essa atuação parece servir como um rompimento de um estigma da vítima enquanto militante político, cristalizado na memória oficial. Esse trabalho auxilia na compreensão de que a repressão da ditadura recaiu sobre toda a sociedade brasileira.

A atuação do Grupão da Várzea, a obra e a vida de Marcos Ferreira traz muitas possibilidades de análise sobre o período e a memória da ditadura militar, como por exemplo a atuação e influência de padres estrangeiros na Igreja e sociedade, sobre a instrumentalização da religião em críticas sociais, ou a instrumentalização de ideologias inseridas na religião; há uma ampla gama de temáticas a serem elaboradas com as fontes documentais utilizadas nesse trabalho, ou com novas fontes, especialmente de História Oral que poderiam complementar este trabalho e constituir novas pesquisas. A memória, embora conteúdo sensível e inexato, é terreno fértil para a reflexão historiográfica, especialmente a memória traumática, como é o caso da memória do regime militar, que oferece aspectos psicológicos, sociais e temporais que ultrapassam a experiência individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o Passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre. 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, M.. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: Ferreira, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura.** 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v.4, p. 93-131.

DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 1, n. 1, p. 166-195, mai. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26635> > Acesso em 16 nov. 2022.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARCIA, Miliandre. **“Ou vocês mudam ou acabam”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985).** 2008. Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro.

GAVIÃO, Fábio Pires. **A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965).** 2007. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem.** 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. *Ebook*.

HERMETO, Miriam. O engajamento, entre a intenção e o gesto: o campo teatral brasileiro durante a ditadura militar. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

JECOV, Christian. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964).** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). USP, São Paulo.

SANTOS, Andrea Luiza Bonfim; LEÃO, Jordana Gonçalves. Miséria: a 'violência-mãe', na histórica perspectiva de Dom Helder Camara. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em:

<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/24-snh22?start=800>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA SOBRINHO, Marcos Ferreira da. **Várzea: lembranças de um tempo que se foi**. Recife: Edição do autor, 2012.

LIMA, E. L. C. O *Auto dos 99%* - O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) e a mobilização estudantil. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 10, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55487>. Acesso em: 16 nov. 2022.

LOWY, Michael. Liberationist Christianity in Latin America. In: LOWY, Michael. **The War of Gods: Religion and Politics in Latin America**. Nova York: Verso, 1996.

LOWY, Michael e SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MORAES, M. A. M. Sob as lentes do DOPS: a vigilância e a repressão da polícia política em torno das atividades de Dom Hélder Câmara (1964-1985). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 575–601, 2019.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Práticas e discursos na relação entre Igreja e Estado, no ano de 1968, em Pernambuco. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_b6747f9f44392507bed47c3c265639a3.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

NEVES, Santuza. Os novos experimentos culturais nos anos 1940/1950: propostas de democratização da arte no Brasil. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Caroline Pinheiro Mendes Cahu de. **Mirueira: metrópole da dor: práticas de exclusão e táticas de resistência**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, Recife – PE.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2016. *Ebook*.

ROSEMAN, Mark. Nos depoimentos sobre o Holocausto. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania e FERREIRA Marieta (org). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SÁ, Karolina Kneip. **Ação Popular do Brasil: da JUC ao Racha de 1968**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, Recife.

SALDANHA, Stela Maris. **Dom Helder Câmara e o Teatro Popular dos Coelhos: uma ação pastoral libertadora**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UNICAP, Recife.

WINKELER, Lodewijk. Más allá del Concilio. El catolicismo holandés, un laboratorio de renovación eclesial (1960-1975). **Anuario De Historia De La Iglesia**. VOL 27. 2018. p. 45-64.

FONTES PRIMÁRIAS

A Bagunça Oficializada. **Jornal do Commercio**. 5 de abr. 1970. Caderno 1. p. 2.

Arquivo Nacional. **Fundo Conselho de Segurança Nacional**. BR DFANBSB N8.0.PRO, CSS.742. Brasília. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/0742/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0742_d0001de0001.pdf. Acesso em 17 nov. 2022.

Arquivo Nacional. **Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas** - BR DFANBSB NS BR DFANBSB NS.CPR.TEA, PTE.234. 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2096081&v_aba=1. Acesso em 18 nov. 2022.

Arquivo Nacional. **Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça**. BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.102. 1973. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/avu/0102/br_rjanrio_tt_0_mcp_avu_0102_d001.pdf. Acesso em 17 nov. 2022.

Arquivo Nacional. **Fundo Sistema Nacional de Informações**. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.157. 1981.

As representações de um prelado. **Diario de Pernambuco**, 23 abr. 1970. Primeiro caderno. p. 4.

BRASIL, Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 nov. 2022.

Cristo Mulato de Isaac Encontrou Pousada no Palácio do Arcebispo. **Diario de Pernambuco**. 10 Mar. 1967, Primeiro Caderno, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/48783. Acesso em 16 nov. 2022.

Cristo Mulato Não Acha Igreja: Proibido no Rio. **Diario de Noticias**. 28 jan. 1969. 1ª Seção. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/72219. Acesso em 16 nov. 2022.

Gente Famosa. **Diario de Noticias**. 11 fev. 1968. 4ª Seção. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/72539. Acesso em 21 Nov. 2022.

Jornal do Brasil. 14 dez. 1968. 1º Caderno. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/126463. Acesso em 17 nov. 2022.

Jubileu. **Diario de Pernambuco**, Recife, 10 Jul. 1963, Segundo Caderno, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/23567 > Acesso em 16/11/2022.

JUBILEU. **Diario de Pernambuco**, Recife, 12 Mai. 1963, Segundo Caderno, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/22444 > Acesso em 16/11/2022.

Morte e Vida Severina. **Jornal do Commercio**. 23 Jan. 1969. Caderno II. p. 2.

Morte e Vida Severina. **Jornal do Commercio**. 25 jan. 1969. Caderno II. p. 2.

O Cristo Fuzilado. **O Cruzeiro**. 20 out. 1970. p.20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/176226>. Acesso em 17 nov. 2022.

O Troféu da Cruz. **Jornal do Commercio**. 19 abr. 1970. Caderno 1. p. 4.

Peça bossa nova foi para mostrar que o mundo não evoluiu espiritualmente. **Diario da Noite**. 30 Mar. 1970. 1º caderno. p. 2.

Representação do Calvário surpreende expectadores. **Diario de Pernambuco**. 29 Mar. 1970. Primeiro caderno. p. 11.

Semana da Juventude. **Diario de Pernambuco**. 1 out. 1971. Segundo Caderno. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/19958. Acesso em 16 nov. 2022.

Teatro quase sempre - Emanuel Deus Conosco. **Diario de Pernambuco**. 16 Mar. 1967. Segundo Caderno. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Emanuel%20Deus%20Conosco%22. Acesso em 27 nov. 2022.

VV condena Via Crucis. **Diario de Pernambuco**, 2 abr. 1970, primeiro caderno. p. 3.